

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GUILHERME DE QUEIROZ STEIN

PLURALISMO E ECONOMIA INSTITUCIONAL:
Sistemas Abertos e a Compreensão da Mudança Econômica

Porto Alegre

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GUILHERME DE QUEIROZ STEIN

PLURALISMO E ECONOMIA INSTITUCIONAL:

Sistemas abertos e a compreensão da mudança econômica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Faculdade de Ciências Econômicas. Orientador: Octávio Augusto Camargo Conceição.

Porto Alegre

2017

GUILHERME DE QUEIROZ STEIN

**PLURALISMO E ECONOMIA INSTITUCIONAL:
Sistemas Abertos e a Compreensão da Mudança Econômica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas. Faculdade de
Ciências Econômicas.

Aprovada em: Porto Alegre, 20 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Octávio Augusto Camargo Conceição– Orientador
UFRGS

Prof. Me. Rafael Luis Spengler
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Mallet Siqueira Campos
IFRS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter sido um espaço de intenso aprendizado, no qual estive em companhia de pessoas com imensa curiosidade intelectual e paixão pelo estudo de Economia. Especialmente, agradeço aos meus colegas Moisés Lima, Guilherme Morlin, Gustavo Jung, Julia Wünsch, João Pedro Macalos, Bruna Barreira e Lucas Longoni pelos estudos, debates e vivências que compartilhamos.

Agradeço aos professores que marcaram essa trajetória, pois o comprometimento com o ensino tem por consequência ministrar aulas que encantam aos alunos e nos motivam a aprofundar na busca por conhecimento: Ronaldo Herrlein Jr., Glaucia Campregher, Gabriela Coelho de Souza, Rosa Chieza, Marcelo Milan, Pedro Fonseca, Sergio Monteiro, Jorge Araújo, Cassio Calvette, Ario Zimmermann. Agradeço aos professores Marcelo Mallet Siqueira Campos e Rafael Spengler, não só por terem aceitado participar da banca de defesa, mas também pela parceria que estamos construindo em torno da agenda institucionalista. Em especial, agradeço ao meu orientador, professor Octávio Augusto Camargo Conceição, pessoa de grande coração e gentileza, que sempre nos motiva a prosseguir em nossas pesquisas com brilho nos olhos.

Por fim, agradeço àqueles que amo. À Anna, minha querida companheira, com quem compartilho os momentos mais felizes, o amor e a busca por serenidade. Ao meu irmão, Alexandre, amigo de todas as horas, com quem não me canso de conversar sobre assuntos econômicos e que sempre me ajuda a olhar para as coisas de uma forma diferente. Aos meus pais, Mauro e Tania, que nunca deixaram faltar amor e carinho, me apoiando em todos os momentos. Não custa repetir: são vocês que fazem esse caminho ter sentido.

One's thinking on a particular subject is never complete; indeed, it is more likely that one's opinion will change often through time, and sometimes change dramatically. Even more troublesome, the prolonged study of methodology forces a person to examine his or her own preconceptions, to see why certain ideas make sense, and why others seem so patently absurd.

Bruce Caldwell, 1994, p.1

RESUMO

Neste trabalho de conclusão de curso, apresenta-se um estudo sobre a relação entre Economia Institucional e Pluralismo. Para tanto, explorou-se a conformação do campo institucionalista, observando suas diferentes vertentes, bem como argumentos de Oliver Williamson e Geoffrey Hodgson em prol do pluralismo. Ainda, procurou-se aprofundar o entendimento sobre o significado de uma epistemologia plural, mapeando diferentes autores e formas de conceber o conceito. Aqui, emerge o argumento de que, na medida em que se concebem os sistemas econômicos como sistemas abertos, é possível encontrar fundamentos ontológicos para o pluralismo. A partir de uma metodologia inspirada no pluralismo crítico de Bruce Caldwell e no pluralismo estruturado de Sheila Dow, analisou-se a obra “*Understanding the Process of Economic Change*” de Douglass North, considerando-a um exemplo representativo de como pensar a economia como um sistema aberto. Por fim, conclui-se que a Economia Institucional é um terreno fértil para o pluralismo, pois os institucionalistas tendem a considerar a economia como um sistema aberto, potencializando a produção de conhecimento a partir de uma epistemologia plural.

Palavras-chave: Epistemologia; Pluralismo; Economia Institucional; Sistemas Abertos; Douglass North

ABSTRACT

In this monograph, it is presented a study about the relationship between Institutional Economics and Pluralism. For that, it was explored the conformation of institutional area in Economics, observing its different perspectives, as well the arguments from Oliver Williamson and Geoffrey Hodgson claiming for pluralism. The study searched for deepening the understanding about the meaning of a plural epistemology, mapping different authors and ways to conceptualize it. Here, was found the argument that if we conceive the economy as an open system, it is possible to find ontological fundamentals to pluralism. Parting from a methodology inspired in the Bruce Caldwell's critical pluralism and in Sheila Dow's structured pluralism, Douglass North's book "*Understanding the Process of Economic Change*" was analyzed, considering it a representative example of how to think about economy as open systems. In the end, it is concluded that Institutional Economics field is a proper space to pluralism, because institutional economists often consider the economy as open systems, powering the knowledge production from a plural epistemology.

Key-words: Epistemology; Pluralism; Institutional Economics; Open Systems; Douglass North

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. A ECONOMIA INSTITUCIONAL.....	11
2.1. O Campo da Economia Institucional.....	11
2.2. Pluralismo e Economia Institucional: Alguns Argumentos.....	15
2.3. Situando o “<i>Understanding the Process of Economic Change</i>” no Campo de Debates Institucionalistas.....	21
3. PLURALISMO NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	25
3.1. O debate sobre Pluralismo	25
3.2. Delineando uma Metodologia Pluralista.....	34
4. SISTEMAS ABERTOS E A COMPREENSÃO DA MUDANÇA ECONÔMICA: A PERSPECTIVA DE DOUGLASS NORTH.....	38
4.1. Os Sistemas Reais.....	38
4.1.1. Crenças, Percepções e Aprendizados.....	38
4.1.2. Interdependência entre Estrutura e Agência	41
4.1.3. Fronteiras Mutáveis.....	45
4.1.4. Estruturas Sociais Imersas em Estruturas Sociais.....	48
4.2. O Sistema Teórico	51
4.2.1. A Classificação das Variáveis.....	51
4.2.2. Conexões e Fronteiras Mutáveis ou Imperfeitamente Conhecidas	54
4.2.3. Sistemas Incertos e Conhecimento Imperfeito.....	57
4.3. Os Limites de North.....	60
5. CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS.....	71

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, a teoria neoclássica ensaiou tornar-se um paradigma hegemônico nas ciências econômicas. Contudo, seria no mínimo controverso afirmar que se logrou consolidar um paradigma científico na acepção que o conceito de Thomas Kuhn exige (2000), pois mesmo entre os economistas que ocupam as posições de maior destaque na profissão há significativa diversidade na forma de se produzir conhecimento. Isso se expressa, por exemplo, na impossibilidade de reduzir o *mainstream* da profissão à ortodoxia neoclássica (COLANDER; HOLT; ROSSER JR., 2004; DEQUECH, 2007). Assim, é possível afirmar que:

E, no caso da economia, o que se vai colocar é, decisivamente, a disputa, a controvérsia, a busca de explicar os mesmos fenômenos – a distribuição de renda, o desemprego, o crescimento econômico, a crise, etc. – a partir de perspectivas distintas, não necessariamente convergentes algumas vezes, e radicalmente opostas quase sempre (PAULA et al., 2003, p. 579).

Em uma ciência marcada pela disputa e pela controversa, as quais ultrapassam os limites do debate científico “normal”, interno ao paradigma, coloca-se a questão de como lidar com a diversidade de perspectivas. Nesse contexto, a aceitação do pluralismo pode vir a ser um caminho profícuo para a produção de conhecimento, justamente por a Economia ser constituída de diversas escolas de pensamento, cada qual com acúmulos significativos que as diferenciam entre si, mas que também carregam possíveis pontos de convergência.

Em nossa percepção, uma área específica do pensamento econômico - a Economia Institucional – tem lições importantes para nos legar sobre a relação entre pluralismo e produção de conhecimento. A evolução do pensamento institucionalista é marcada por distintas fases, em que diferentes perspectivas teóricas e metodológicas foram mobilizadas para estudar o papel das instituições no sistema econômico.

É de amplo reconhecimento que o institucionalismo se desenvolve nos Estados Unidos da América (EUA), no início do século XX, liderado por autores como Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell (COLANDER; LANDRETH, 2004; CONCEIÇÃO, 2002; HODGSON, 1993; HODGSON, 2003; HODGSON, 1998; RUTHERFORD, 1994). Historiadores do pensamento econômico argumentam que esse desenvolvimento ocorreu em um ambiente plural. Mesmo que se apresentasse como uma escola de pensamento, o institucionalismo não possuía uma teoria unificada e havia significativa diversidade nos pressupostos e nos métodos utilizados por seus

representantes. O diálogo interdisciplinar era intenso e o ambiente de desenvolvimento da profissão colocava em contato os institucionalistas com economistas de outras escolas, especialmente os neoclássicos, constituindo relações pautadas pelo respeito mútuo e pelo diálogo franco e aberto. Contudo, junto ao institucionalismo, esse pluralismo declina rapidamente frente aos avanços da teoria neoclássica e do formalismo matemático após a II Guerra Mundial (MORGAN; RUTHERFORD, 1998; BALISCIANO, 1998; BIDDLE, 1998; GOODWIN, 1998; MEDEMA, 1998).

Nas últimas décadas, porém, a pesquisa sobre a relação entre instituições e economia recrudescer e, no início do século XXI, assume novamente posição de destaque, o que é evidenciado pela concessão de prêmios Nobel para alguns representantes da Nova Economia Institucional (NEI) e pela sua aceitação no *mainstream*. Ainda, percebe-se que, contemporaneamente, a Economia Institucional passa por uma fase em que perspectivas diversas podem ser encontradas na conformação desse campo. Mesmo que a passos lentos, é crescente a possibilidade de interlocução entre a vertente da NEI - incorporada ao *mainstream* e mais próxima da economia neoclássica - e a vertente Neoinstitucionalista - que resgata a Economia Institucional Originária e está mais próxima das escolas heterodoxas. Sem anular suas diferenças, os diversos campos de análise institucional possuem pontos de interlocução e podem ser vistos como complementares ou até mesmo como convergentes (RUTHERFORD, 1994; CONCEIÇÃO, 2002; WILLIAMSON, 2000; CONCEIÇÃO, 2016; CAMPOS, 2016).

Dado esse panorama, cabe avaliar se contemporaneamente o institucionalismo carrega consigo elementos plurais. Qual a relação entre a economia institucional e o pluralismo? Seria a economia institucional um terreno fértil para o pluralismo? Poderia o pluralismo potencializar a produção de conhecimento nas Ciências Econômicas? Essas questões norteiam este trabalho.

Para dar conta de respondê-las, no segundo capítulo discute-se a conformação do campo da Economia Institucional. Na primeira parte desse capítulo, apresenta-se brevemente o seu desenvolvimento histórico, com o foco específico em situar elementos importantes do institucionalismo contemporâneo. Na segunda parte, resgatamos a posição de dois eminentes institucionalistas – Oliver Williamson e Geoffrey Hodgson – que argumentam sobre a necessidade de pluralismo. Na terceira parte, introduzimos o autor e a obra que serão objeto de análise no quarto capítulo: *Understanding the Process*

of Economic Change, de Douglass North (2005). Propositadamente, foi feita a escolha de olhar para uma obra de um autor amplamente reconhecido e lido no *mainstream* da profissão. Isso se deve à compreensão que se forem encontradas evidências a favor do pluralismo em seu trabalho, isso possa ser uma expressão significativa e representativa de transformações epistemológicas que ocorrem contemporaneamente não somente na economia institucional, mas em parte importante das ciências econômicas como um todo.

No terceiro capítulo, apresenta-se uma revisão bibliográfica do debate sobre pluralismo em ciências econômicas. Na primeira parte, enfatizam-se diferentes formas de conceber e conceituar pluralismo, bem como as limitações de cada uma dessas abordagens. Aqui, é sugerido que o caminho proposto por Sheila Dow e Victoria Chick, de fundamentar o pluralismo na ontologia dos sistemas abertos, é o mais apropriado para se argumentar em prol de uma epistemologia plural (CHICK, 2004; DOW, 2004; CHICK; DOW, 2005). Na segunda parte desse capítulo, delinea-se uma metodologia para analisar a obra de Douglass North. Essa metodologia tem por base o pluralismo crítico de Bruce Caldwell (1994) que recomenda a reconstrução racional das propostas teóricas e metodológicas das escolas econômicas, observando sua lógica interna e seus limites analíticos, a partir de determinado ponto de vista específico. O ponto de vista específico aqui assumido para analisar o trabalho de North é o da ontologia dos sistemas abertos, ou seja, parte-se do pluralismo estruturado de Sheila Dow.

No quarto capítulo aplica-se essa metodologia à análise da obra de Douglass North, operacionalizando sua reconstrução racional. Esse quarto capítulo é dividido em três partes. Na primeira, é analisada a forma como o autor concebe os sistemas econômicos reais, procurando identificar em que medida os concebe como sistemas abertos. Na segunda, a partir de North, são discutidas as implicações teóricas e epistemológicas de se conceber a realidade como um sistema aberto. Na terceira parte, assume-se uma leitura crítica, em que são apresentados alguns limites de sua proposta teórica e metodológica. Por fim, no quinto capítulo são apresentadas as conclusões, buscando evidenciar os aprendizados sobre a relação entre economia institucional e pluralismo.

2. A ECONOMIA INSTITUCIONAL

2.1. O Campo da Economia Institucional

As origens da Economia Institucional remetem aos trabalhos seminais de Thorstein Veblen e John Commons. No início do século XX, ambos destacaram-se como teóricos de significativa importância, estabelecendo programas de pesquisa distintos, mas complementares¹ (RUTHERFORD, 1994). Influenciados pela filosofia pragmática, os trabalhos desses autores estavam centrados em construir instrumentos analíticos que possibilitassem estudar os fenômenos econômicos como processos históricos e coletivos. Sua proposta era crítica ao individualismo metodológico, sem, contudo, negar o papel dos indivíduos, que era incorporado sob o viés da psicologia comportamental (HODGSON, 1993; HODGSON, 1998).

Veblen assumiu uma postura crítica ao capitalismo das grandes corporações e dedicou-se a incorporar preceitos da biologia darwiniana à Economia. Para tanto, desenvolveu uma perspectiva dinâmica, entendendo as instituições como normas, valores e regras compartilhadas na forma de hábitos de pensamento, os quais são modificados em processos evolucionários de causalção circular cumulativa (CONCEIÇÃO, 2002; HODGSON, 1992; HODGSON, 1993; HODGSON, 1998; RUTHERFORD, 1998; HODGSON, 2000).

John Commons colocou as transações como objeto central da economia, as quais deveriam ser analisadas dentro do contexto institucional e psicossocial em que estavam inseridas. Concebendo as instituições como a ação coletiva que restringe e potencializa a ação individual, sua ênfase é no conflito e no papel das instituições em mediá-lo (COMMONS, 1931; HODGSON, 2003; RUTHERFORD, 1994; GALBRAITH, 1994; BIDDLE, 1998). Enquanto Veblen enfatizava os aspectos cognitivos das instituições, Commons centrou-se nas inter-relações pessoais (SAMUELS, 1995).

Em um período em que ainda se fazia sentir a influência da “batalha dos métodos” (CONCEIÇÃO, 2016), a riqueza do pensamento institucional originário estava em sua abertura para o diálogo com outras disciplinas e outras escolas do

¹ Entre os textos mais influentes de Veblen pode-se citar (VEBLEN, 1898; VEBLEN, 1899; VEBLEN, 1904), já para Commons referencia-se (COMMONS, 1934; COMMONS, 1932; COMMONS, 1897). Listas com as obras desses autores podem ser encontradas em (HODGSON, 2003; HODGSON, 1998; RUTHERFORD, 1994).

pensamento econômico. Nesse contexto, o debate com outras linhas teóricas, como o Marxismo e a Escola Histórica Alemã, era franco e aberto. Em relação ao pensamento neoclássico, mantinha-se uma postura de diálogo crítico, focado especialmente no questionamento do individualismo metodológico e no viés a-histórico dessa linha de pensamento (COMMONS, 1931; GAILBRAITH, 1994; HODGSON, 1993; HODGSON, 2003; HODGSON, 1992; RUTHERFORD, 1998). Não foi por um acaso que o desenvolvimento da “economia institucional originária” ocorreu em um contexto pluralista (GOODWIN, 1998; MORGAN; RUTHERFORD, 1998). O institucionalismo era em si mesmo plural:

In the interwar period, institutionalism made strong claims for itself as a school and succeeded in becoming the most visible, if not the dominant, group in American economics. The movement cohered not around a tight theoretical agenda but around a particular view of science and a conviction of the inadequacy of the unregulated market. It cannot be said that institutionalists such as Thorstein Veblen, Wesley C. Mitchell, Walton H. Hamilton, John R. Commons, J. M. Clark, Rexford Tugwell, and M. A. Copeland all pursued exactly the same research program or utilized the same techniques of investigation. Institutionalism included Mitchell's quantitative methods, Commons's documentary histories and interviewing, Hamilton's case studies of firms and industries, and Clark's applied theorizing. Institutionalism consisted of a number of loosely related research programs, one cluster centering on business cycles and unemployment, with a reform agenda involving some notion of overall planning, and another cluster centering on the legal dimensions of markets, with a reform agenda focusing on labor law and business regulation. Institutionalism also shaded off into more "orthodox" theory. For example, J. M. Clark never rejected J. B. Clark's theoretical contribution but saw himself as attempting to continue his father's efforts to develop a dynamic theory. J. M. Clark's accelerator, Mitchell's and Simon Kuznets's work on national income accounting, and Copeland's flow of funds all became standard tools (MORGAN; RUTHERFORD, 1998, p. 2-3).

A partir da década de 1930, a escola institucionalista perde terreno para o marginalismo neoclássico, de modo a ser relegada a uma posição subordinada nos centros de atuação dos economistas (universidades, órgãos governamentais e setor privado) (GOODWIN, 1998). A construção da hegemonia neoclássica, por sua vez, só é compreendida na conjugação de elementos históricos e epistemológicos que mudaram o significado e a prática da profissão de economista.

Nesse sentido, pode-se elencar como fatores importantes o contexto político do *New-Deal* e do início da Guerra Fria. O *New-Deal* colocou os economistas no governo, transformando as concepções sobre planejamento e sobre o papel do Estado na economia (GALBRAITH, 1994; GOODWIN, 1998). Muitos institucionalistas, especialmente os ligados à Commons, foram recrutados para cargos governamentais,

legando certa dificuldade de reprodução acadêmica dessa escola, pois ao deixar de dar aula e recrutar novos orientandos, não se passava adiante suas ideias (BIDDLE, 1998). Contudo, mais relevante, foi que o planejamento levou ao desenvolvimento de instrumentos baseados em modelos matemáticos e estatísticos, fazendo crescer a importância de análises fundamentadas na ideia de equilíbrio parcial marshalliano (BALISCIANO, 1998; MORGAN; RUTHERFORD, 1998; COLANDER; LANDRETH, 2004). No período em que se inicia a Guerra Fria, acirra-se a disputa entre liberalismo e socialismo. Nos EUA, esse acirramento implica em um significativo esforço de pesquisa para provar a superioridade dos mercados, impulsionando a virada metodológica em que a matemática econômica, o método dedutivo-abstrato e o formalismo difundem-se na comunidade científica. Provavelmente, o marco mais significativo dessa virada tenha sido o desenvolvimento da teoria do equilíbrio geral, embasada no teorema Arrow-Debreu, na década de 1950. De toda forma, o importante é ter em mente que essas mudanças demonstram-se amplamente desfavoráveis aos institucionalistas e positivas aos neoclássicos, de maneira que há uma progressiva deterioração do ambiente plural (MORGAN; RUTHERFORD, 1998; GOODWIN, 1998).

As análises institucionalistas só são retomadas na década de 1960, com o desenvolvimento NEI, a qual procurava distanciar-se do institucionalismo originário (WILLIAMSON, 2000; HODGSON, 1993; FIANI, 2011). Assumindo uma perspectiva não conflituosa com a agenda neoclássica, a NEI avança em temas como os direitos de propriedade, processos de escolha pública, o desenvolvimento dos Estados Nacionais e a teoria das organizações (RUTHERFORD, 1994; WILLIAMSON, 1975). É possível argumentar sobre a existência de duas ênfases distintas na NEI (CAMPOS, 2016). Uma é mais histórica e foi desenvolvida em torno da obra de Douglass North, tendo por foco de análise a mudança econômica, explicada sob o ponto de vista da mudança institucional e do aprendizado coletivo, expresso em modelos mentais compartilhados, os quais atuariam na redução da incerteza que faz face ao homem (NORTH, 1994; NORTH, 2005; NORTH, 1990).

A segunda vertente remete à obra de Ronald Coase e de Oliver Williamson, com um enfoque centrado nas organizações e no papel explicativo dos custos de transação. As organizações deveriam ser explicadas pelo seu comportamento minimizador de custos, sendo que seus custos totais poderiam ser divididos entre custos de produção e

custos de transação. Na ausência de custos de transação, estaríamos no reino da teoria neoclássica e de seus mercados com perfeita competição. Na presença de custos de transação, as organizações exerceriam importante papel em resolver as falhas de mercado. Nesse caso, também, novas hipóteses deveriam ser assumidas como a racionalidade limitada dos agentes, a imperfeição dos contratos, o oportunismo e a especificidade dos ativos (WILLIAMSON, 2000; WILLIAMSON, 1993; WILLIAMSON, 1995; WILLIAMSON, 1975; WILLIAMSON, 1985; COASE, 1937; COASE, 1960).

A NEI consolida-se como parte integrante do *mainstream* nos anos de 1990, o que se expressa no recebimento do prêmio Nobel por Ronald Coase, em 1991, e por Douglass North, em 1993. Ainda, posteriormente, em 2009, Elinor Ostrom e Oliver Williamson, dois outros expoentes dessa corrente, foram agraciados com o referido prêmio. Ainda, é preciso salientar que atualmente, existe considerável dificuldade em situar o institucionalismo nas Ciências Econômicas, classificando os autores como heterodoxos ou *mainstream*.

Por sua vez, nas últimas décadas emerge uma literatura preocupada com o resgate da economia institucional originária, que vem sendo chamada de Neoinstitucionalista (CONCEIÇÃO, 2002). Essa literatura se destaca por avançar na incorporação de pressupostos evolucionários à análise econômica, com o objetivo de dar conta da dinâmica e da complexidade dos sistemas econômicos (HODGSON, 1999; HODGSON; KNUDSEN, 2010; HODGSON, 1993). Também, nesse campo, podem ser observadas posturas que argumentam em prol de um institucionalismo radical, que enfatizam a veia crítica ao sistema capitalista (DUGGER, 1988). E outras que utilizam de instrumentos conceituais institucionalistas para fundamentar a intervenção estatal em prol do desenvolvimento econômico (CHANG, 1994; CHANG, 2004). Ainda, existe uma agenda de pesquisa que procura observar convergências entre a literatura institucionalista e a corrente pós-keynesiana, enfatizando o papel da incerteza na determinação dos fenômenos econômicos (MINSKY, 1996; FERRARI FILHO; CONCEIÇÃO, 2001).

Ganha força, também, uma postura de crítica à forma como o discurso institucionalista tem sido apropriado por instituições internacionais, as quais privilegiam uma versão determinística e monolítica do papel das instituições no desenvolvimento econômico (EVANS, 2003; ERBER, 2011; CHANG, 2002). Caberia a valorização da

diversidade institucional observada historicamente, compreendendo que as sociedades possuem realidades e dinâmicas econômicas próprias. Nesse sentido, o olhar empírico e sociológico possibilita observar que as soluções coletivas para as questões econômicas podem encontrar diversos caminhos, mas igualmente eficientes e/ou eficazes (EVANS, 1995; JOHNSON, 1982; OSTROM, 1990; RODRIK, 2007).

Assim como ocorre com o *mainstream* em geral, é possível observar, tanto no campo da NEI, quanto do Neoinstitucionalismo, uma significativa abertura para influências e problemas diversos, destacando-se o diálogo com os desenvolvimentos em teoria dos jogos, teoria organizacional, psicologia comportamental, sociologia histórica, economia evolucionária, entre outras áreas do conhecimento. Dessa forma, é possível assumir que o campo da Economia Institucional opera na fronteira da produção de conhecimento em Ciências Econômicas, incorporando novos pressupostos e métodos de análise que podem vir a desafiar o núcleo duro da ortodoxia e abrir o diálogo com a heterodoxia.

Não por uma acaso, começa-se a pautar uma agenda de pesquisa em torno da hipótese da convergência teórica dentro do institucionalismo (LOPES, 2013; CONCEIÇÃO, 2002; CONCEIÇÃO, 2016; CAMPOS, 2016; HODGSON, 2009; HODGSON, 2006). Nesse contexto, o pluralismo é necessário e tende a potencializar a produção de conhecimento (WILLIAMSON, 2000; HODGSON, 1999).

2.2. Pluralismo e Economia Institucional: Alguns Argumentos.

Quais os argumentos para defender que o pluralismo seria um caminho apropriado para a economia institucional? Nesta seção, apresentam-se as posições de dois reconhecidos institucionalistas – Oliver Williamson e Geoffrey Hodgson - que reforçam a necessidade de aproximar os estudos sobre o papel das instituições nos sistemas econômicos de uma epistemologia pluralista. Como veremos, esses autores chegam à conclusão semelhante, partindo de visões praticamente opostas.

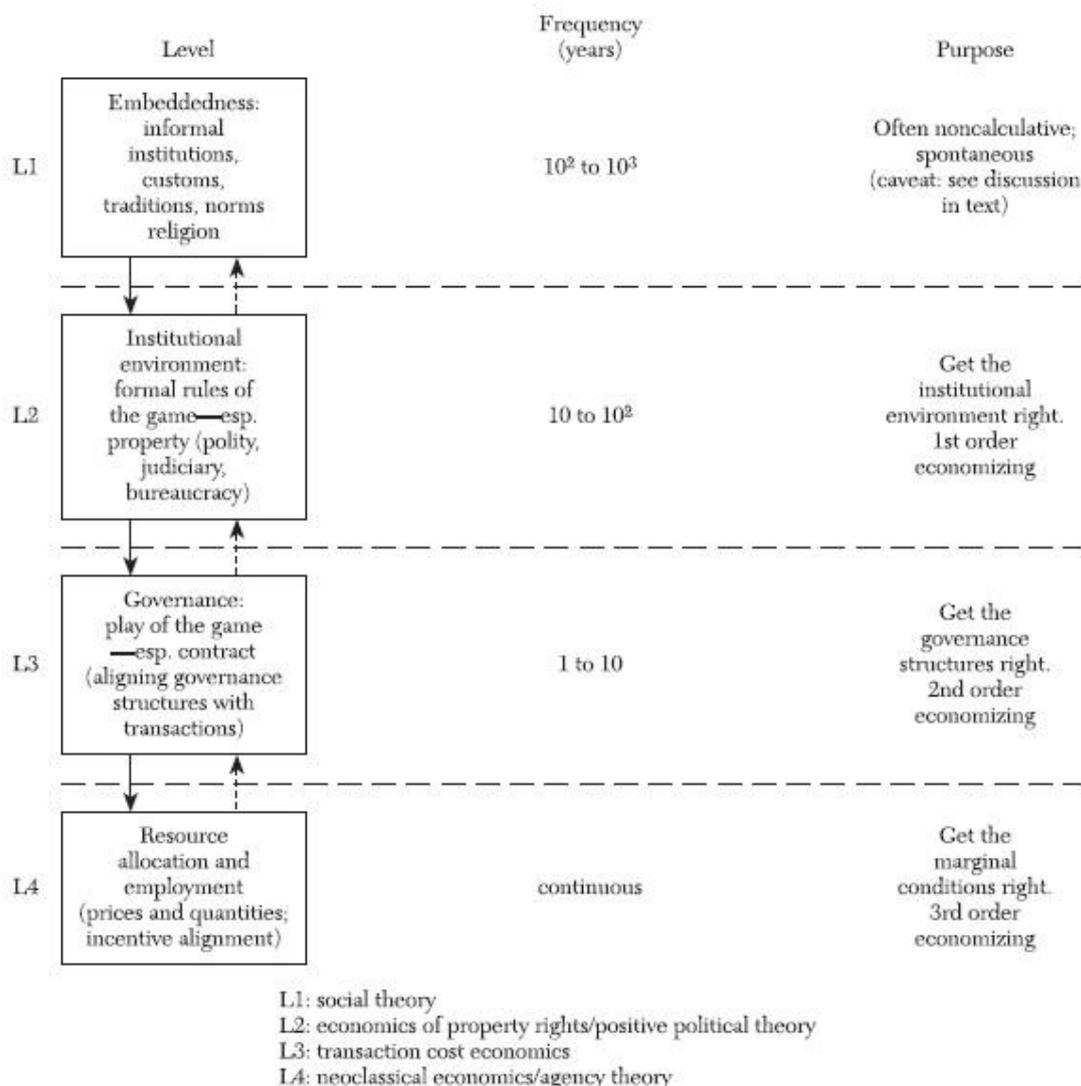
Williamson (2000) assume que o mérito da NEI é também seu elemento de distinção: aplicar as ferramentas da teoria econômica à análise das instituições, bem como basear a história econômica em micro fundamentos da ação individual. Hodgson, por sua vez, parte do argumento de que estabelecer micro fundamentos para análise de sistemas complexos é um projeto em franca decadência (1999). Contudo, ambos os

autores convergem em defender que, para se avançar na produção de conhecimento, é preciso aceitar a diversidade de propostas teóricas e metodológicas, pois cada uma dessas lida com diferentes dimensões ou níveis analíticos, que exigem diferentes instrumentos para seu estudo.

Em seu artigo “*The New Institutional Economics: Taking Stock Looking Ahead*”, Williamson argumenta que mesmo tendo ocorrido significativos avanços no conhecimento sobre as instituições nas últimas décadas, a ignorância dos economistas acerca do assunto ainda é tamanha. Sua preocupação, então, é fazer um balanço da produção na área e encontrar os caminhos para avançar. Para tanto, assume centralidade no seu argumento a ideia que, dada a complexidade do objeto, a aceitação do pluralismo seria o melhor caminho para os institucionalistas (WILLIAMSON, 2000).

O pluralismo de Williamson ficaria expresso na ideia que existem quatro níveis de análise social, os quais interagem entre si, de modo que o nível superior impõem constrangimentos ao nível inferior, enquanto o nível inferior produz efeitos reversos (*feedbacks*) que afetam o nível superior. Seu esquema pode ser visualizado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Níveis de Análise Social



Fonte: WILLIAMSON (2000)

O primeiro nível seria aquele em que ocorre o “*social embeddedness*”, ou seja, é o nível das instituições informais, da cultura, das matrizes religiosas, das tradições e dos costumes. Sua origem é espontânea e orgânica, construída por processos históricos evolucionários de longa duração que determinam estruturas e traços cognitivos. Suas transformações ocorrem entre centenas e milhares de anos. Sua análise é aquela estabelecida pela teoria social, sendo que importantes desenvolvimentos analíticos foram propostos por autores como Robert Putnam, Mark Granovetter, Samuel Huntington, Paul DiMaggio e Neil Smelser.

O segundo nível diz respeito à análise do ambiente institucional, que tem por marco temporal as mudanças que ocorre em períodos que variam entre 100 e 10 anos. A conformação dos fenômenos neste nível pode ser estudada tanto pelos processos evolucionários, quanto pelos processos deliberados de tomada de decisão sobre desenhos institucionais. A análise positiva centra-se nas regras formais e na busca de eficiência de primeira ordem (*1st order economizing*), devendo ser pautada no “*get the formal rules of the game right*”. A mudança institucional, neste nível, é percebida tanto pelo acúmulo progressivo e decisões, quanto pelos momentos críticos de ruptura. Os campos que contribuem para o conhecimento desse nível são os da teoria política positiva e da análise dos direitos de propriedade.

No terceiro nível encontram-se as instituições de governança, que possuem um horizonte temporal que varia entre um e 10 anos. Os estudos de contratos incompletos e dos problemas adaptativos possuem centralidade neste nível. Nesses estudos, emergem algumas questões cruciais: Como estabelecer e gerenciar as relações contratuais que regulam as interações humanas? Como as estruturas de incentivos são criadas? Como mitigar o conflito e proporcionar ganhos mútuos aos agentes, estabelecendo uma ordem social? Para dar conta dessas questões, seu marco analítico é o da economia dos custos de transação, a qual se preocupa com a busca de eficiência de segunda ordem (*2nd order economizing*), através da economia nos custos de transação. Assim, seu lema é “*get the governance structures right*”.

No quarto nível de análise estaria a tradicional análise neoclássica que, aplicando princípios marginalistas, buscaria compreender a incidência de estruturas de incentivos nos comportamentos, otimizando funções de utilidade e de produção. Nesse nível, não há temporalidade. A análise é sincrônica e contínua, podendo ser aplicada a qualquer tempo. Por fim, dois outros campos analíticos em desenvolvimento deveriam ser levados em conta e integrados nesse quadro mais amplo da análise social. O primeiro seria a compreensão evolucionária da mente, pelos estudos de psicologia e ciências cognitivas. O segundo seria a integração analítica de como a inovação tecnológica e a inovação organizacional estão relacionadas.

Williamson ainda argumenta que, mais importante que a completa formalização de uma teoria, é que esta possua conteúdo empírico e seja um campo de pesquisa promissor. Em sua visão, a formalização seria mais um resultado do acúmulo progressivo de conhecimento do que um ponto de partida. Nesse sentido, o fato de haver

uma diversidade de programas de pesquisa e ideias competidoras no campo das análises institucionais seria motivo o suficiente para ser otimista:

The upshot is that, its many accomplishments notwithstanding, there is a vast amount of unfinished business—refinements, extensions, new applications, more good ideas, more empirical testing, more fully formal theory. I conclude that the new institutional economics is the little engine that could. Its best days lie ahead. Who could ask for more (WILLIAMSON, 2000)?

Na visão de Geoffrey Hodgson (1999), a crescente importância do pluralismo ocorre por outros motivos. O argumento desse autor é que o projeto neoclássico, que busca explicar todos os fenômenos com base nos mesmos micros fundamentos acerca do comportamento individual dos agentes, é reducionista e esta em franco processo de decadência, dada as suas limitações heurísticas frente à complexidade dos fenômenos econômicos. Em seu lugar, emergiria justamente o paradigma da complexidade, junto com o qual a aceitação do pluralismo cresceria de importância.

Segundo Hodgson, o principal problema da busca pelos micros fundamentos de tudo não é o reducionismo em si mesmo. Alguma forma de reducionismo sempre seria necessária para fazer análises ou mensurar a realidade, mesmo levando-se em conta a complexidade dos fenômenos. Também, sempre é passível de se criticar e debater o escopo e a abrangência desse reducionismo. O maior problema estaria na exclusão de outras formas de procedimentos metodológicos para explicar sistemas complexos.

Ainda, argumenta o autor, em grande medida, os processos criativos que alimentam o desenvolvimento científico tem sua origem da integração de ideias e perspectivas de pensamento que até então se encontravam separadas. Para tanto, se faz necessário um ambiente em que o cientista esteja em contato com teorias diversas e que seja aberto a novas possibilidades de construção de conhecimento, utilizando de métodos, técnicas e abordagens inovadoras. Pois, quando se trata do estudo de sistemas complexos, teorias diferentes, mesmo que incompatíveis, podem servir para analisar diferentes níveis ou diferentes dimensões dos fenômenos.

Nesse ambiente, mesmo o conflito e a tensão que permeiam a convivência de ideias em disputa podem vir a ser transformados em fonte de criatividade. A falta de consenso não necessariamente é um problema; pelo contrário, pode vir a ser uma virtude. Para que isso ocorra, é preciso que os economistas tenham clareza das limitações inerentes a sua escola favorita e se proponham a conhecer as demais abordagens. Acima de tudo, seria fundamental uma postura de humildade

epistemológica. Os economistas precisam ter consciência de que o conhecimento que desenvolveram ainda é pouco e que por mais especializados que são, existem poucas certezas sobre como funcionam os sistemas econômicos². Nesse caso, apostar em diversas direções e em diversos meios é um caminho inteligente, pois, assim como na natureza, a evolução no conhecimento humano pressupõe diversidade.

Esses argumentos estão condensados no “Manifesto por uma Economia Pluralista e Rigorosa” (*A Plea for a Pluralistic and Rigorous Economics*), publicado em maio de 1992 por Hodgson, Uskali Mäki e Deirdre McCloskey na *American Economic Review*. Esse manifesto foi assinado por 44 economistas, sendo que quatro desses haviam sido laureados com o prêmio Nobel (Franco Modigliani, Paul Samuelson, Herbert Simon, Jan Tinbergen). Além desses, outros nomes de destaque como Robert Axelrod, Mark Blaug, Paul Davidson John Kenneth Galbraith, Nicolas Georgescu-Roegen, Robert Heilbroner, Albert Hirschman, Hyman Minsky, Richard Nelson, Mancur Olson, Bruno Frey e Roy Weintraub assinaram. Abaixo, segue o texto na íntegra:

We the undersigned are concerned with the treat to economic Science posed by intellectual monopoly. Economists today enforce a monopoly of method or core assumptions, often defended on no better ground than it constitutes the “mainstream”. Economists will advocate free competition, but will not practice it in the marketplace of ideas.

Consequently, we call for a new spirit of pluralism in economics, involving critical conversation and tolerant communication between different approaches. Such pluralism should not undermine the standards of rigor, an economics that require itself to face all the arguments will be a more, not a less, rigorous science.

We believe that the new pluralism should be reflected in the character of scientific debate, in the range of contributions in its journals, and in the training and hiring of economists (HODGSON, 1999, p. 83).

A ideia de pluralismo será aprofundada no próximo capítulo. Mas por enquanto, vale ressaltar que tanto nos argumentos de Williamson, quanto de Hodgson há um sentido de que pluralismo designa a coexistência dialógica e tolerante entre diferentes perspectivas. Essas, por sua vez, estão em competição, mas também se complementam, muitas vezes dando conta de diferentes aspectos e dimensões da realidade. Contudo,

² Segundo John Wallis, era esse tipo de convicção que impulsionava Douglass North a buscar novos problemas e novas formas de explicar a performance econômica: “*What set Doug apart was his certainty that all of us had an imperfect and usually wrong conception of the world around us. Doug often described both how people and societies worked as well as how research was conducted as “stumbling and bumbling along.” Doug believed that the more certain you were that you were right, the more likely you were wrong. He believed that about himself as well (WALLIS, 2016, p. 941).*”.

falta nesses argumentos um fundamento ontológico bem estruturado que confira bases sólidas para uma epistemologia pluralista. Como será argumentado mais adiante, o pluralismo pode possuir um fundamento ontológico se conceber os sistemas econômicos como sistemas abertos. Nesse sentido, as diversas perspectivas que conformam o campo da economia institucional possuiriam uma intrínseca relação com o pluralismo se concebessem seus objetos e suas formulações teóricas como sistemas abertos. De toda forma, antes de prosseguir, buscamos brevemente situar a obra de Douglass North, que será objeto de análise no quarto capítulo, no campo de discussões institucionalistas.

2.3. Situando o “*Understanding the Process of Economic Change*” no Campo de Debates Institucionalistas.

Nesta seção, objetiva-se situar, de maneira sucinta a obra de Douglass North no campo da economia institucional, justificando a escolha de sua obra “*Understanding the Process of Economic Change*” para ser analisada. Antes disso, vale lembrar que o problema tratado neste trabalho é o de compreender a relação entre economia institucional e pluralismo. Como foi argumentado na primeira parte desse capítulo, o campo de estudos da economia institucional é em si mesmo diverso e inovador. Mesmo que haja sentido em dividi-lo em dois grandes grupos – um formado pelos Neoinstitucionalistas e outro da Nova Economia Institucional –, existem evidências de que o debate sobre as relações entre instituições e sistemas econômicos ultrapassa divisões binárias, sendo marcado por uma metodologia bastante fluída, que tende a se distanciar da ortodoxia econômica. Nesse sentido, fortalece-se a hipótese de que há convergências possíveis, sobre as quais cada vez mais se debruçará o trabalho dos institucionalistas. Por sua vez, a aceitação do pluralismo, como declarado tanto por Williamson, quanto por Hodgson, seria profícua em construir um terreno fértil para o avanço teórico. Porém, como foi ponderado ao final da última seção, na ausência de um fundamento ontológico, torna-se frágil a consolidação de uma epistemologia pluralista.

Argumenta-se que o conceito de pluralismo estruturado de Sheila Dow (2004) pode vir a suprir essa lacuna, pois propõe que ao se conceber ontologicamente a realidade e a teoria econômica como sistemas abertos, necessariamente os economistas deveriam ser guiados por uma epistemologia pluralista. Dessa forma, para avançar na discussão da problemática, caberia analisar em que medida os economistas

institucionais concebem seu objeto e suas teorias como sistemas abertos. Assim, neste trabalho, escolheu-se focar essa análise em um caso específico que é a referida obra de Douglass North (2005). Mas o que justifica tal escolha?

Primeiro, a importância do autor, que como já foi referido, ganhou o prêmio Nobel em 1993. Sua influência nas Ciências Econômicas e demais Ciências Sociais é difícil de ser mensurada, mas é suficiente mencionar que sua obra revolucionou pelo menos três áreas de estudo: a História Econômica, a Economia Institucional e as Teorias sobre Crescimento Econômico. Sem dúvida, sua influência tinha por origem sua capacidade de avançar com questões inovadoras, geralmente deixadas de lado por grande parte daqueles que tentavam entender os determinantes das performances econômicas. Nesse sentido, cabe bem a descrição dada por John Joseph Wallis:

Doug was a controversialist, he loved to argue, and he was always asking interesting new questions. He continually insisted that our status quo understanding of central questions in economic history, economics, and the wider social sciences needed to be updated. Doug was also a curmudgeon. He constantly asserted that everyone was asking the wrong question. To his lasting credit, he suggested new questions that we should ask. Indeed, his career may be best described as a series of great questions. Each new question indicated the next best question to ask, rather than providing a tight answer to the previous question. He correctly identified, and pioneered with others, a research agenda on the use of quantitative and theoretical methods in economic history, the importance of property rights and transaction costs, the centrality of institutions for economic development, the need to integrate cognitive and behavioral sciences into economics, and the central role of violence in the organization of societies. Shortly before his death he was still asking: What is the state and what do we mean by government? It is a very impressive list (WALLIS, 2016, p. 937).

Assim, é possível dizer que Douglass North incorporava em seu próprio trabalho uma perspectiva inovadora, plural e aberta. Disso advém nossa segunda justificativa, a obra desse autor passa por mudanças ao longo do tempo que podem ser vistas em si mesmas como expressões das transformações que o *mainstream* econômico passou nas últimas décadas. Em suas obras dos anos de 1960 e 1970 é perceptível a busca de coadunar a história econômica e a análise institucional com a teoria neoclássica. Até os anos 1990, mesmo quando se distanciava da teoria econômica ortodoxa, North não assumia uma postura de oposição crítica. Sua atitude era de postular a complementaridade do seu trabalho com aquele que havia sido desenvolvido

pelos economistas ortodoxos³ (GALA, 2003). Ainda na época em que recebeu o Nobel, sua crítica à ortodoxia era sutil:

A theory of economic dynamics comparable in precision to general equilibrium theory would be the ideal tool of analysis. In the absence of such a theory we can describe the characteristics of past economies, examine the performance of economies at various times, and engage in comparative static analysis; but missing is an analytical understanding of the way economies evolve through time (NORTH, 1994, p. 359).

Entretanto, mais de uma década depois, no livro que aqui será objeto de análise, sua crítica é forte e direta. O método de teorização neoclássica, pautado pela elegância formal dos modelos deixa de ser um ideal. Sua superação, inclusive, seria condição para elevar a utilidade da teoria social em dar conta dos problemas humanos. Afirma o autor:

The economic paradigm—neo-classical theory—was not created to explain the process of economic change. We live in an uncertain and ever changing world that is continually evolving in new and novel ways. Standard theories are of little help in this context. Attempting to understand economic, political, and social change (and one cannot grasp change in only one without the others) requires a fundamental recasting of the way we think. Can we develop a dynamic theory of change comparable in elegance to general equilibrium theory? The answer is probably not. But if we can achieve an understanding of the underlying process of change then we can develop somewhat more limited hypotheses about change that can enormously improve the usefulness of social science theory in confronting human problems (NORTH, 2005, p. vii).

Assim, nas recentes teorizações de North, o pressuposto de incerteza em um mundo não ergódico torna-se central. A emergência desse pressuposto e a incorporação de posturas metodológicas – como a adoção do conceito de racionalidade limitada, o foco analítico na dinâmica econômica, o viés metodológico indutivo e a incorporação de aspectos psicossociológicos– expressam não só as transformações pelas quais passa o *mainstream*, mas a possibilidade de estabelecer um espaço de diálogo aberto em torno da linguagem institucionalista. Nesse espaço, mesmo apresentando diferentes nuances de significado e conceituação, pode ser facilitada a comunicação com economistas de matriz heterodoxa que propõem o resgate do institucionalismo originário e a interlocução com os desenvolvimentos recentes em economia evolucionária.

De toda forma, a importância de analisar o “*Understanding the Process of Economic Change*” está no fato de ser uma obra madura, escrita com a preocupação de propor avanços ousados e substanciais para a compreensão do papel das instituições em promover transformações econômicas. Para tanto, Douglass North constrói uma

³ Wallis (2016) apresenta uma versão diferente desta defendida por Paulo Gala, em que North já assumiria uma crítica direta à ortodoxia em sua gestão como presidente da Economic History Association.

perspectiva analítica sobre os mecanismos que fazem com que crenças compartilhadas, percepções individuais e instituições sejam fatores cruciais na dinâmica econômica, os quais devem ser observados em suas complexas interconexões.

Dessa maneira, emergem novos caminhos para investigar o clássico problema institucionalista de integrar os aspectos cognitivos na compreensão das relações pessoais e impessoais e de seus impactos nos sistemas econômicos. Ou seja, avança-se no conhecimento do papel cognitivo das instituições e no papel das instituições para a mudança econômica. Assim, essa sua obra pode ser vista como um destacado projeto de reestabelecer um agenda de pesquisa há muito cara a todos os institucionalistas.

3. PLURALISMO NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

3.1. O debate sobre Pluralismo⁴

Apesar de ao longo de sua história a Economia ter sido marcada pela existência de um número não desprezível de escolas de pensamento, uma discussão aprofundada sobre o papel do pluralismo na produção de conhecimento só ganha força na década de 1980. Não seria exagero afirmar que há um desconhecimento generalizado dessa discussão por parte dos economistas. Contudo, atualmente esse debate possui centralidade entre aqueles que se dedicam ao estudo da metodologia, da epistemologia e da história das ciências econômicas (DOW, 2004; BIANCHI, 2010; DAVIS, 2003). Como não poderia deixar de ser, nesse debate, emergem diferentes concepções sobre o seu significado e sobre a sua incidência. Nesta seção, discutimos a evolução desse debate e as distintas formas de conceber o pluralismo.

Para compreender o pluralismo é necessário brevemente resgatar a virada que ocorre nas concepções de Filosofia da Ciência na década de 1960. Na esteira da obra de Karl Popper, os escritos de Thomas Kuhn, Imre Lakatos e Paul Feyerabend avançaram na crítica ao positivismo e ao empirismo lógico. Suas pesquisas enfatizaram que o avanço na produção de conhecimento estava menos relacionado com a verificação empírica de teorias do que com as características concretas que historicamente organizaram a prática científica. Por diversos caminhos, a ideia da existência de um método científico universal e verdadeiro passou a ser questionada. Por sua vez, o papel determinante de elementos históricos e sociológicos ganhou força, pela demonstração de como os padrões de investigação e pensamento mudavam ao longo do tempo (CHALMERS, 1993; CALDWELL, 1994).

Partindo de uma abordagem marcadamente histórica e sociológica, Thomas Kuhn cunhou o conceito de paradigma como elemento central para explicar o acúmulo e a transformação no conhecimento científico. Em sua definição, os paradigmas podem ser entendidos como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade

⁴ Uma primeira versão deste capítulo foi apresentada na III Jornada de Economia Institucional da UFRGS (QUEIROZ-STEIN, 2017).

de praticantes de uma ciência” (KUHN, 2000, p. 13). Assim, os paradigmas possuiriam a essência de ser uma estrutura teórica transitória, que operariam como qualquer outro fenômeno da linguagem, de modo a possibilitar o estabelecimento de laços comunicativos em determinada comunidade científica.

Na perspectiva de Kuhn, a chave para explicar o avanço no conhecimento estaria em perceber como, ao se conformar determinado paradigma, aquela comunidade poderia trabalhar em torno de problemas, métodos, instrumentos e fatos em comum. O acúmulo de conhecimento se daria em função do fazer “ciência normal”, ou seja, seria proporcionado pela aceitação do paradigma. Contudo, a própria normalidade seria condição para transformações mais profundas. Ao estabelecer quais fatos são previstos pela teoria e quais não são, a ciência normal legaria, também, as condições para perceber a anormalidade. Por sua vez, o acúmulo progressivo de anomalias, segundo Kuhn, levaria a descobertas e inovações, as quais seriam responsáveis por abalar profundamente a crença que os cientistas possuíam no próprio paradigma. Esse seria o cenário perfeito para a mudança paradigmática, a qual ocorreria de maneira revolucionária, implicando em conflitos e tensões entre os defensores do paradigma decadente e os proponentes do novo paradigma emergente (KUHN, 2000).

A obra de Imre Lakatos pode ser entendida como uma reação racionalista frente aos desafios sociológicos da obra de Kuhn, em que se apresenta uma forma sofisticada de falsificacionismo. Sua elaboração enfatizou que a produção de conhecimento deve ser analisada tendo em vista o papel dos programas de pesquisas. Esses programas girariam em torno de hipóteses convencionalmente aceitas, as quais conformam o núcleo duro teórico que não seria passível de ser falseado. A partir desse núcleo duro, um conjunto de teorias auxiliares seria derivado, essas sim sujeitas à falsificação (CHALMERS, 1993).

Assim, enquanto as hipóteses do núcleo duro não seriam passíveis de refutação (pois colocaria em xeque a própria existência do programa de pesquisa), essas teorias auxiliares seriam passíveis de serem postas a prova, funcionando como um cinturão de proteção do núcleo duro, em torno do qual giraria a prática dos cientistas comprometidos com o programa. Dessa forma, possuir um programa de pesquisa bem estruturado seria fundamental para o desenvolvimento científico, pois sua função seria delimitar o que deve e o que não deve ser pesquisado, implicando, respectivamente, em

uma heurística positiva (no cinturão de proteção) e em uma heurística negativa (no núcleo duro) (CALDWELL, 1994).

Ainda, um programa de pesquisa poderia ser dito como avançando num sentido progressivo, se as teorias auxiliares forem se modificando para incorporar novas explicações, para novos fatos observados, aumento seu conteúdo empírico. No caso contrário, em que essas teorias auxiliares encontram cada vez mais dificuldades para explicar os fatos empíricos, esse programa pode ser visto como em estado degenerativo. De acordo com Lakatos, uma teoria seria falsificada ao se encontrar outra teoria que de conta de maior conteúdo empírico (CALDWELL, 1994).

É importante ressaltar que ideia de que o avanço no conhecimento implica em alguma forma de homogeneização está presente tanto em Kuhn, quanto em Lakatos. Para esses autores, as realizações científicas dependem da adesão generalizada dos cientistas a determinado paradigma ou a determinado programa de pesquisa. Apesar de esses autores desmistificarem noções arraigadas sobre a existência de um método científico que levaria a verdades universalmente aceitas e ressaltarem elementos históricos fundamentais para se compreender a mudança nas formas de se fazer ciência, suas obras disseram pouco sobre o papel da diversidade em produzir conhecimento.

Nesse sentido, mais significativo para a discussão sobre pluralismo, foi a publicação do livro “Contra o Método”, de Paul Feyerabend, em 1975. O argumento central dessa obra era que nenhum dos caminhos metodológicos propostos até então – especialmente, o indutivismo e o falsificacionismo - teria sido completamente bem sucedido. Pelo contrário, a característica real da ciência, que impulsionava seu desenvolvimento, era a diversidade de formas de construção do conhecimento. Nesse sentido, Feyerabend advogava uma completa liberdade e independência do indivíduo que se dedica ao fazer científico, não se restringindo a nenhuma forma de “regras do método” (CHALMERS, 1993; FEYERABEND, 1977).

Nas ciências econômicas, essa crítica se refletiu nos debates sobre pluralismo, que destacavam a diversidade metodológica dessa disciplina. Revisitando a filosofia da ciência do século XX, o trabalho de Bruce Caldwell converge com o de Feyerabend ao afirmar que não se encontrou critérios unívocos para se decidir sobre qual o melhor método para produção de conhecimento verdadeiro:

The approach to economic methodology advocated here is labeled 'methodological pluralism' because it takes as a starting assumption that no

universally applicable, logically compelling method of theory appraisal exists. (Or, more correctly, even if it exists, we can never be sure that we have found it, even if we have.) (CALDWELL, 1994, p. 245)

Assim, argumenta Caldwell que a ciência evolui de forma não linear, impulsionada por sua diversidade. Dessa maneira, o caminho mais profícuo para os metodólogos em Economia seria aceitar o pluralismo (CALDWELL, 1994).

Contudo, como aponta Ana Maria Bianchi em seu artigo “Muitos Métodos é o Método”, essa postura não era completamente nova. No final do século XIX, frente ao acirrado e agressivo debate que se estabelece entre defensores historicistas do método indutivo e os adeptos do método dedutivo⁵, John Neville Keynes defendia uma posição conciliadora. Baseando-se na ideia de que nenhum método era puro e que a radicalização do debate só traria perdas para a “comunidade dos economistas”, postulou a “falácia do método exclusivo”. Mais de um século depois, Caldwell teria revigorado essa postura reconhecendo que há diferentes programas de pesquisa, que colocam diferentes problemas para as Ciências Econômicas. A questão metodológica, nesse sentido, seria *problem-dependent*. Caberia aos metodólogos centrar suas análises nas forças e nas limitações dos diferentes programas de investigação, consolidando um pluralismo crítico (BIANCHI, 1992; ANGELI, 2014; CALDWELL, 1994).

Assim, a superação do positivismo em favor do pluralismo seria justificada por três vantagens dessa última perspectiva: 1) sua capacidade de promover a novidade científica; 2) seu estímulo à crítica não dogmática; 3) seu potencial de dar conta do problema da incomensurabilidade entre paradigmas, de modo a promover o diálogo entre diferentes programas de pesquisa. Contudo, ficava em aberta a questão: o pluralismo não seria uma característica de uma etapa pré-científica (KUHN, 2000) ou não seria adequado apenas aos momentos de transição, em que os parâmetros paradigmáticos do fazer ciência normal estariam suspensos (BIANCHI, 1992)?

Debatendo também com Caldwell, Eduardo Angeli (2014) apresenta boas razões para defesa do pluralismo como uma característica intrínseca da produção de conhecimento, não se limitando aos momentos de transição. Para tanto, o autor busca fundamentos na escola austríaca de economia. A ideia hayekiana de uma sociedade

⁵ Na academia inglesa, esse debate se deu entre economistas influenciados pela Escola Histórica Alemã e os defensores da tradição liberal inglesa. Esse debate inglês foi reflexo das famosas controvérsias entre Carl Menger e Gustav Schmoller, que ficaram conhecidas como a “batalha dos métodos” (*methodenstreit*) (CONCEIÇÃO, 2016).

aberta estaria fundada na impossibilidade de um conhecimento totalizante, passivo de ser centralizado. Nessa sociedade, o conhecimento local dos indivíduos e o aprendizado frente ao histórico de fracassos e sucessos seriam os fatores de adaptação e eficiência. Para tanto, seria crucial valorizar a própria liberdade de fugir de comportamentos e pensamentos convencionais, deixando espaço à inventividade e à inovação. Assumindo essa perspectiva, as ciências econômicas podem se beneficiar do pluralismo em função:

1_ do conhecimento disperso existente entre os praticantes da disciplina, conhecimento referente não só às peculiaridades da economia de certo país ou região, mas também, por exemplo, de determinada cadeia produtiva ou setor da economia, bem como de uma ou outra escola de pensamento ou posição metodológica;

2_ do processo evolucionário que poderá atuar no sentido de favorecer aqueles que vierem a oferecer soluções criativas e diversas do usual e que, ao levantarem proposições convincentes, poderão ser seguidos. Nesse sentido, a crença na existência de uma espécie de processo evolucionário na ciência econômica é um forte argumento em favor da pluralidade de abordagens, e não o contrário, como se a existência de um paradigma absolutamente dominante fosse prova de que a evolução já cuidou de eliminar os que se mostraram menos eficientes (ANGELI, 2014, p. 46).

Concordando com esse argumento, tornar-se-ia demasiado restritivo relegar o conceito de pluralismo aos limites circunscritos pela discussão metodológica. Um pensamento acadêmico livre de coerções de qualquer natureza necessariamente deveria valorizar a diversidade de problemáticas, objetos, perspectivas teóricas e perspectivas políticas. Essa diversidade, por sua vez, refletiria a existência de distintas concepções ontológicas. Ou seja, não haveria uma forma única de conceber a existência e a realidade do sistema econômico (DOW, 2004). Nesse sentido, poder-se-ia falar de um pluralismo que permeia de forma abrangente a profissão de economista⁶, não se restringindo aos métodos mobilizados na produção de conhecimento.

Esse é o caminho analítico seguido por estudos que enfatizam as relações entre a história intelectual e a história da atuação profissional dos economistas. (MORGAN; RUTHERFORD, 1998; COLANDER; LANDRETH, 2004; GOODWIN, 1998; BALISCIANO, 1998; MEDEMA, 1998; FERNÁNDEZ; SUPRINYAK, 2016). Contudo, nessa literatura, é recorrente o argumento de que o pluralismo teria existido apenas no período entre guerras da história norte-americana, tendo declinado significativamente após a II Guerra Mundial, dada a ascensão da hegemonia

⁶ Aqui, vale chamar a atenção de que para Caldwell não necessariamente o pluralismo crítico deveria ser um assunto de entendimento de todos os economistas, mas seria de especial interesse aos metodólogos da disciplina (BIANCHI, 1992).

neoclássica. Para esses autores, a existência do pluralismo naquela época estaria especialmente relacionada ao papel central desempenhado pelo institucionalismo. Isso porque o institucionalismo não era um movimento unificado em torno de um método ou de uma agenda de pesquisa teórica, mas um conjunto de economistas comprometidos com o trabalho empírico e com a elaboração de teorias que buscavam compreender qual o papel das instituições no sistema econômico. Nesse cenário, havia respeito mútuo entre neoclássicos e institucionalistas, sendo que muitos nomes importantes, como Fisher, Clark e Commons percebiam complementaridades entre as duas matrizes de pensamento.

Segundo Morgan e Rutherford (1998), esse clima de tolerância estava relacionado ao processo de institucionalização da profissão e, para tanto, era necessário demonstrar a importância do economista para a sociedade. Assim, em um contexto em que o significado de fazer ciência não estava associado à neutralidade de valores, os economistas possuíam explicitamente uma preocupação com o interesse social, assumindo posturas públicas e isso implicava em, democraticamente, olhar para os diversos lados de cada questão. Como argumentam os autores:

Professionalization demand evenhandedness. But this very demand recognizes the existence of different analyses, with different results, resting on different beliefs and values. Evenhandedness meant acknowledging differences of opinion, but it also meant impartially rejecting sectionalism in favor of the promotion of the social interest. The social interest, of course, could be variously defined, and different economists could hold different policy positions. So evenhandedness did not necessarily imply silence or neutrality on available policy options, and many economists argued strongly for particular reform packages. The economist could be an advocate in the policy domain, but only if his or her views were buttressed by a properly objective scientific inquiry (MORGAN; RUTHERFORD, 1998, p. 8).

Nessa visão da história, uma série de transformações teria levado ao declínio do pluralismo, o que significou também a derrota do institucionalismo. O resultado dessas transformações teria sido justamente a hegemonização da teoria neoclássica, do formalismo matemático e do método dedutivo-axiomático (MORGAN; RUTHERFORD, 1998).

Observar o pluralismo sob a perspectiva histórica é interessante por percebê-lo enquanto uma realidade concreta que permeia a atividade profissional e possibilita compreender as relações do discurso econômico com o contexto em que está inserido. Porém, há limitações nessa abordagem. A primeira crítica, direcionada especialmente à Morgan e Rutherford (1998), seria a de conceber o pluralismo como algo do passado,

restrito ao período entre guerras, que teve seu fim decretado pela intensa formalização que seguiu dentro da disciplina no pós- II Guerra Mundial.

Nessa linha crítica, Colander e Landreth (2004) propõem uma visão que aqui chamaremos de “pluralismo geopolítico”. Segundo esses autores, a história das ciências econômicas deveria ser vista como um pêndulo que vai de uma total formalização, em uma das pontas, para uma total não formalização, na outra ponta. Na evolução da disciplina, tanto a formalização, quanto a não formalização seriam desequilíbrios. Esses desequilíbrios são expressões da própria competição das escolas, em sua luta para sobreviver, dado o ambiente institucional em que estão inseridas. O pluralismo, por sua vez, seria um momento de equilíbrio nessa competição, o qual existe em função da igualdade de forças entre aqueles que competem pela verdade em economia. Ou seja, para Colander e Landreth, pluralismo seria ausência de hegemonia. Assim, não caberia assumir que o pluralismo advém de algum compromisso ético intrínseco aos participantes. Também, não haveria motivos para relegá-lo ao passado, dado que atualmente se caminha para um maior equilíbrio na disciplina, dando sinais de ressurgimento do pluralismo (COLANDER; LANDRETH, 2004).

Uma segunda crítica se aplicaria tanto à visão de Morgan e Rutherford (1998), quanto à visão “geopolítica” proposta por Colander e Landreth (2004). Essa diz respeito ao fato de que não se poderia limitar o pluralismo à dinâmica de conformação e competição institucional dos economistas, reduzindo-o a sua dimensão sociológica. Seria preciso avançar em sua concepção epistemológica, demonstrando as relações entre interesse, poder e conhecimento de uma maneira sofisticada.

Mesmo que toda dominação teórica esteja alinhada com comprometimentos políticos e ideológicos, seria preciso ter cuidado para não reduzir a lógica de produção do conhecimento a seus determinantes sócio-políticos. Os fatores políticos e ideológicos podem e deveriam ser visualizados na própria forma de funcionamento do pensamento dominante. Por exemplo, ao reivindicar-se como a única forma válida de pensar economia, a teoria neoclássica assumiria uma lógica discursiva de monopolização do saber e da racionalidade. Por sua vez, muitos economistas adeptos da teoria neoclássica teriam passado a fundamentar sua afiliação política liberal na crença da superioridade metodológica dessa escola. O resultado teria sido o desenvolvimento de uma postura muitas vezes alheia às críticas recebidas de outras correntes, o que era expressão mais

do comprometimento político do que da falta de razoabilidade das apreciações (PAULA et al., 2003).

Apesar de buscar uma hegemonia, na qual reinaria como paradigma e em que a lógica de fazer “ciência normal” transformaria todos os problemas econômicos em problemas de otimização, o neoclassicismo não logrou total sucesso nessa busca (PAULA et al., 2003). Para dar conta de questões relacionadas à complexidade, à incerteza e à assimetria informacional que permeiam o sistema econômico, o acúmulo de conhecimento por outras escolas do pensamento se fez importante, abrindo espaços de diálogo na fronteira do *mainstream* (COLANDER; HOLT; ROSSER JR., 2004).

Essa crítica de que, para além do equilíbrio geopolítico entre diferentes grupos de economistas, é preciso conceber o pluralismo como fator propulsor para a produção do conhecimento e, assim, valorizar aprendizados diversos e o diálogo entre diferentes perspectivas, dirigir-se-ia também para os economistas heterodoxos. Em geral, os heterodoxos toleram-se entre si e, no máximo, percebem-se mutuamente como aliados para formar coalizões antiortodoxas. Contudo, suas relações ainda operam sob um pano de fundo de disputa por hegemonia no campo acadêmico. Ainda há subjacente um desejo de verdade, que é também um desejo de poder. Essa concepção, que percebe o pluralismo apenas como convivência e aliança entre diferentes grupos, precisaria ser superada. Esse seria, por exemplo, a reivindicação do Movimento por uma Economia Pós-autista (*Post-autistic Economics Movement*). Nesse contexto, Eduard Fullbrook busca delinear o que seria um pluralismo epistemologicamente:

It regards the various 'schools' of economics, including neoclassicism, as offering different windows on economic reality, each bringing into view different subsets of economic phenomena. It rejects the idea that any school could possess final or total solutions but accepts all as possible means for understanding real-life economic problems (FULLBROOK, 2002, p. 23).

Nesse sentido, a existência de diversas escolas de pensamento, cada qual com contribuições diversas, mas igualmente importantes, implicaria em perceber a Economia como uma ciência multiparadigmática. Nessa perspectiva, buscando fundamentar o conceito de pluralismo estruturado, Sheila Dow argumenta que o conceito de escolas de pensamento é análogo ao conceito de paradigma científico de Thomas Kuhn (2000). Os paradigmas são incomensuráveis, no sentido de que não há um conjunto de princípios universais e independentes capaz de julgá-los e compará-los. Essa característica advém da conformação de um paradigma como um conjunto de crenças ontológicas, epistemológicas e metodológicas compartilhados por uma comunidade científica, em

torno da qual emergem teorias, métodos e fatos significativos. Ou seja, é um sistema de crenças e de significados compartilhados (DOW, 2004).

A importância dessa analogia entre escolas de pensamento e paradigmas é que a ideia de incomensurabilidade afasta qualquer reivindicação de superioridade e exclusividade metodológica. Contudo, diferentemente da sua existência entre paradigmas, ao se tratar de escolas de pensamento, a incomensurabilidade não deve ser vista como ausência de comunicação. Ao aceitar a incomensurabilidade, os participantes de determinado campo de conhecimento tem que estar conscientes da existência de teorias e metodologias alternativas. Tem que reconhecer a diferença e reconhecer o outro como interlocutor. Mais do que isso, tem que se dispor à leitura e à tradução desse outro, sendo a crítica interna a condição da persuasão. Para tanto, exige-se a compreensão profunda da alternativa concorrente e isso só é possível pelo respeito mútuo e pela tolerância (DOW, 2004). Nesse sentido, ao contrário da “visão geopolítica” de Colander e Landreth (2004), o pluralismo depende de uma aceitação ética dos participantes e não apenas de um equilíbrio na correlação de forças.

Mas fica a questão: por que, ao reconhecer que não há uma base metodológica única para a produção de conhecimento, devemos necessariamente aceitar o pluralismo? Na visão de Sheila Dow a justificativa para aceitar o pluralismo advém de reconhecer que as ciências humanas lidam com a incerteza inerente ao conhecimento que produzem. Isso se deve ao fato de que os sistemas estudados são sistemas abertos, caracterizados pela sua complexidade, em que as fronteiras do objeto são abertas e permeáveis e, assim, não ficam claras quais são as variáveis endógenas e quais são as exógenas. Ainda, nesses sistemas pode haver variáveis desconhecidas e as relações entre as variáveis podem ser alteradas ao longo do tempo, inclusive tendo por causa a ação deliberada dos agentes. Por fim, é possível argumentar que o próprio conhecimento produzido interage e modifica esses sistemas. Ou seja, o agente produtor de conhecimento faz parte do sistema (CHICK, 2004). Assumindo essa perspectiva é possível conceber um significado que estrutura a própria noção de pluralismo:

“It is these characteristics of economic systems which require methodological pluralism. No one epistemology can be conclusively shown to be superior to all others in trying to establish reasoned conclusions about an open-system reality” (DOW, 2004, p. 283).

3.2. Delineando uma Metodologia Pluralista

Para dar encaminhamento as análises, partindo de nossa discussão sobre pluralismo, vamos seguir a postura metodológica proposta por Caldwell (1994). Para esse autor, os metodólogos devem superar a busca por métodos infalíveis, que supostamente funcionariam como algoritmos para a produção de conhecimento verdadeiro. Ao abandonar esse objetivo prescritivo, surge o objetivo descritivo de estudar como as diferentes escolas do pensamento econômico desenvolvem concepções próprias sobre como investigar determinados fenômenos e produzir conhecimento. Assim, cabe ao pluralismo crítico buscar a essência das diversas perspectivas, adentrando a suas formas de ver o mundo.

Para tanto, a primeira tarefa recomendada por Caldwell (1994) é a reconstrução racional do conteúdo metodológico da escola analisada. Isso deve ser feito deixando de lado projeções metodológicas normativas, em prol de conhecer descritivamente a metodologia efetivamente mobilizada pelos economistas. Em seguida, o estudo deve identificar as forças e limitações da abordagem estudada, analisando-a criticamente. O resultado dessa análise, por sua vez, almeja possibilitar um diálogo mais fluído entre economistas de diferentes perspectivas, engendrando uma compreensão mútua profunda, bem como um diálogo crítico no qual a teoria alvo de discussão é entendida em seus próprios termos. Para tal tarefa ser levada a cabo é fundamental explicitar o ponto de vista a partir do qual essa reconstrução crítica será realizada. Esse ponto de vista funciona como o referencial a partir do qual são avaliados os limites e as forças do conteúdo metodológico da escola analisada.

Assim, a reconstrução crítica do conteúdo metodológico da obra de Douglass North será feita tendo em vista o problema de compreender a relação entre pluralismo e institucionalismo. Para tanto, o ponto de vista que assumiremos é o do pluralismo estruturado de Sheila Dow (2004). Nossa hipótese é de que a economia institucional tende a conceber seu objeto como um sistema aberto, permeado pela incerteza. Essa concepção possibilita que se crie um espaço de diálogo construtivo entre diversas vertentes do pensamento institucionalista, em que existe um potencial de gerar sinergias e convergências, sem implicar em homogeneização. Dada a importância e a representatividade de sua obra, utilizando o método do pluralismo crítico, buscamos nessa análise avaliar em que medida esse argumentado é corroborado por Douglass North.

Nesse contexto, o conceito de sistema aberto será fundamental para a análise. Ele funcionará como o referencial a partir do qual discutiremos a obra de North. A noção de sistema aberto que aqui utilizaremos advém da proposta de Victoria Chick e Sheila Dow (2005). Para essas autoras, existe um espectro que vai de sistemas fechados para sistemas abertos, aumentando o grau de abertura de acordo com o nível em que o sistema é mutável e aberto para trocas com o ambiente. É importante reforçar que essa concepção não vê o termo “aberto” como o oposto do termo “fechado”. Ou seja, não estamos tratando de uma concepção dualista. De fato, todo sistema que não é fechado, é aberto. Mas o nível de abertura varia de sistema para sistema, de modo que não existe sistema completamente aberto. Assim, essa concepção não é binária e discreta, mas contínua.

Um elemento importante desse conceito é assumir que por trás de toda teoria existem pressupostos ontológicos, de modo que o sistema pode ser aberto em nível de realidade e/ou em nível de teoria. Para dar conta dessas distinções, Chick e Dow estabeleceram condições necessárias e/ou suficientes que possibilitam analisar as teorias e seus pressupostos ontológicos, classificando-os como sistemas abertos ou fechados (Quadro 2).

Quadro 2 - Condições para um Sistema Aberto

<p>Sistemas no Mundo Real</p> <p>I. O sistema não é atomístico. Possui pelo menos uma das seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Dadas as interações, os resultados das ações não podem ser inferidos das ações individuais; b. Os agentes e suas interações podem ser modificados, existindo, por exemplo, aprendizado; <p>II. Estrutura e agência são interdependentes;</p> <p>III. As fronteiras que circunscvem e também as circunscritas (subsistemas) são mutáveis, por pelo menos uma das razões a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. As estruturas sociais podem evoluir; b. As conexões entre as estruturas podem mudar; c. As relações estrutura-agente podem mudar; <p>IV. Estruturas sociais identificáveis estão imersas (<i>embedded</i>) em estruturas sociais mais amplas; elas podem interagir mutuamente, dado que, em geral, as fronteiras dos sistemas sociais são parciais ou semipermeáveis.</p>
<p>Implicações para os Sistemas Teóricos</p> <p>V. A classificação das variáveis entre endógenas e exógenas podem não ser fixas ou exaustivas;</p> <p>VI. Conexões e/ou fronteiras entre as estruturas podem ser imperfeitamente conhecidas ou podem mudar;</p> <p>VII. Podem existir variáveis e/ou relações importantes que estão omitidas e os seus efeitos no sistema podem ser incerto; há conhecimento imperfeito sobre as relações entre as variáveis; ainda, essas relações podem não ser estáveis.</p>

Fonte - Traduzido e adaptado de CHICK e DOW (2005, p. 366).

Segundo as autoras, satisfazer qualquer uma das condições entre I e IV no quadro dois é suficiente para estarmos lidando com pressupostos ontológicos de um sistema aberto. Do mesmo modo, satisfazer qualquer uma das condições entre V e VII é suficiente para estarmos lidando com um sistema teórico aberto. Ressalta-se que

difícilmente se encontrará um sistema aberto que satisfaça todas essas condições, sendo que a variabilidade na satisfação dessas condições é que produz uma diversidade de sistemas, em termos de graus de abertura (CHICK; DOW, 2005). Por sua vez, a identificação de um sistema fechado exige a satisfação de todas as condições do quadro dois, as quais, em conjunto, são condições necessárias para um sistema fechado.

Quadro 3 - Condições para um Sistema Teórico Fechado

- I.** Todas as variáveis relevantes podem ser identificadas;
- II.** As fronteiras do sistema são definidas e imutáveis; segue que são claras quais são as variáveis endógenas e exógenas; essas categorias são fixas;
- III.** Apenas as variáveis exógenas especificadas afetam o sistema e o fazem de uma maneira conhecida;
- IV.** As relações entre as variáveis ou são conhecíveis ou aleatórias;
- V.** Os agentes econômicos, tanto individuais, quanto coletivos, são tratados atomisticamente;
- VI.** A natureza dos agentes econômicos é vista como constante;
- VII.** As estruturas de relações entre os componentes (subsistemas, variáveis e agentes) são tratadas como se fossem cognoscíveis ou aleatórias;
- VIII.** O quadro estrutural em que os agentes estão inseridos é assumido como dado.

Fonte - Traduzido e adaptado de CHICK e DOW (2005, p. 367).

À luz dessas condições, dividiremos a análise da obra de Douglass North (2005) em duas partes. Na primeira buscaremos identificar os pressupostos ontológicos que regem suas construções teóricas, observando se o autor percebe a realidade como um sistema aberto e qual o nível de abertura desse sistema, a partir das condições I-IV do quadro I. Em seguida, analisaremos sua construção teórica, discutindo se seu sistema é aberto ou fechado, seguindo as condições estabelecidas no quadro um.

4. SISTEMAS ABERTOS E A COMPREENSÃO DA MUDANÇA ECONÔMICA: A PERSPECTIVA DE DOUGLASS NORTH

Neste capítulo, apresenta-se a reconstrução racional da obra de Douglass North, “*Understanding the Process of Economic Change*”, lançada em 2005. Como delimitado na metodologia, o ponto de vista que se assume para fazer essa reconstrução é o do pluralismo estruturado, analisando em que medida o autor concebe os sistemas econômicos como sistemas abertos e como ele percebe as implicações disso para os sistemas teóricos.

Assim, na primeira parte do capítulo, discute-se a forma como North lida com os quatro critérios que caracterizam sistemas abertos: sistema não atomístico; interdependência entre agência e estrutura; fronteiras do sistema e dos subsistemas permeáveis ou mutáveis; estruturas sociais imersas em outras estruturas sociais. Na segunda parte do capítulo, apresenta-se a forma como North concebe as implicações epistemológicas da análise de sistemas abertos em relação a três critérios: a classificação das variáveis entre endógenas e exógenas; a natureza mutável ou imperfeitamente conhecida das conexões e das fronteiras dos sistemas; a incerteza que permeia o sistema e a imperfeição do conhecimento produzido. Uma vez feita a reconstrução racional da perspectiva de North, na terceira parte do capítulo, discute-se alguns limites críticos em sua proposta.

4.1. Os Sistemas Reais

4.1.1. Crenças, Percepções e Aprendizados.

Nesta seção, buscamos entender em que medida Douglass North percebe os sistemas econômicos como sistemas que são atomizados ou como sistemas em que há interações e mútua influência entre as partes. Ou seja, discutimos se o sistema pode ser explicado como uma soma das partes ou se deve ser analisado focando-se em como as interações produzem resultados emergentes, que não podem ser explicados olhando apenas para as unidades.

O ponto de partida de North é a crítica à teoria neoclássica, afirmando a dificuldade dessa teoria em explicar a mudança econômica, pois não incorpora a intencionalidade dos agentes. A mudança institucional, que implica em mudanças

econômicas, geralmente é resultado de ação intencional dos agentes, fruto de uma leitura sobre a realidade, tendo em vista determinado fim: “*The key to understanding the process of change is the intentionality of the players enacting institutional change and their comprehension of the issues*” (NORTH, 2005, p. 3). North enfatiza a importância de compreender como os humanos fazem escolhas e, para essa compreensão ser consistente, não se pode utilizar de argumentos reducionistas:

The social sciences do not have anything comparable to genes, protons, neutrons, elements to build upon. The whole structure that makes up the foundation of human interaction is a construct of the human mind and has evolved over time in an incremental process; the culture of a society is the cumulative aggregate of the surviving beliefs and institutions (NORTH, 2005, p. 83).

O pressuposto de racionalidade substantiva, em sua visão, só funcionaria em mercados competitivos, que possuíssem preços como parâmetros e quantidades como variáveis, em que os retornos (*feedbacks*) das decisões tomadas fossem praticamente instantâneos. Pela raridade dessas condições, esse pressuposto seria de baixa utilidade para explicar a maior parte dos fenômenos sociais. Para North, os mercados operam em ambientes complexos, em que os preços são endógenos e os agentes interagem estrategicamente, permeados por uma incerteza ubíqua. Nesse cenário, para se compreender a intencionalidade e a tomada de decisões, as ciências econômicas precisam incorporar em suas explicações a compreensão do funcionamento dos processos cognitivos.

Dessa forma, deve-se perceber a relação existente entre crenças, escolhas e mudanças institucionais. A chave para compreender essas relações são os processos evolucionários de aprendizado. Para dar conta desses processos, North busca apoio nas ciências cognitivas, assumindo o que se convencionou chamar de modelo conexionista (*connectionist models*), segundo o qual nosso cérebro e nossa mente funcionam por processos de seleção somática. Isso significa que a nossa cognição opera pelo aprendizado de padrões estatísticos sensoriais (*pattern-based reasoning*) e não por computação lógica simbólica.

Basicamente, esse modelo parte da ideia que os processos mentais são uma propriedade emergente das complexas conexões de redes neurais. O armazenamento e a recuperação de informações, processadas nas nossas redes neurais, seguem uma lógica de sintetizar padrões informacionais percebidos pelos sentidos. Para tanto, o cérebro estabelece conexões entre eventos, identificando padrões. Esses padrões possibilitam

interpretar novas experiências e são ajustados quando não se adaptam a essas. Dessa forma, estão sempre acumulando mutações e se adaptando de acordo com as diferentes experiências de relação entre a mente e o meio ambiente físico e sociocultural.

Esses padrões estatísticos, acumulados e processados em redes neurais são generalizados, produzindo conhecimento. Esse conhecimento acumulado pode ser enriquecido através de processos de ordenação e reordenação das conexões, elevando o nível de abstração e a capacidade de processar informações. A essa dinâmica, Douglass North denomina descrição representacional (*representational redescription*) e, inspirado em Friedrich Hayek, afirma que o aprendizado é um processo de reorganização adaptativa de um sistema complexo. Nesse sentido, pode-se afirmar que “*Learning then is an incremental process filtered by the culture of a society which determines the perceived pay-offs*” (NORTH, 2005, p. 69). Assim, esse aprendizado nunca é somente um processo individual. Os indivíduos herdam padrões e conhecimentos das culturas em que estão imersos.

Ao tomar decisões, os agentes estão inseridos em sistemas de crenças compartilhadas (ideologias, teorias, teologias, mitos, etc.) que são determinantes para se compreender a intencionalidade dessas decisões. No nível individual, esse sistema de crenças conforma uma estrutura de categorias e classificações, pelas quais os agentes percebem o mundo e, a partir dessas percepções, decidem como agir. A essa estrutura, North denomina modelo mental, o qual é compartilhado em maior ou menor grau com outros indivíduos da mesma cultura ou do mesmo grupo social.

Os modelos mentais possibilitam aos indivíduos explicar e interpretar suas experiências de contato com o mundo físico e com o ambiente sociocultural que os circunscrevem. Por sua vez, ao entrar em contato com as novidades trazidas pela experiência, as percepções operam *feedbacks* que reforçam ou modificam os modelos mentais. Dessa forma, o aprendizado diz respeito a como cada indivíduo interpreta as informações com que se depara e a como essas informações levarão a reforços ou transformações nas categorias de classificação do mundo. Esses aprendizados são comungados, dados que muitos indivíduos podem se deparar com a mesma experiência. Porém, nem todos terão as mesmas interpretações sobre as mesmas informações. Em que medida esses aprendizados serão compartilhados ou não, é algo que fica em aberto e, provavelmente, não há resposta *a priori*.

Para fins de nossa discussão sobre sistemas abertos, o importante é que em sua perspectiva, não se pode explicar o todo pelas partes. No mundo de Douglass North, os indivíduos não apenas interagem, mas também se modificam mutuamente, na medida em que compartilham de universos simbólicos e de experiências que implicam em aprendizados coletivos. Esses, por sua vez, se refletem nas instituições e nas performances econômicas vividas por cada sociedade.

4.1.2. Interdependência entre Estrutura e Agência

Há dois níveis em que o problema da relação entre estrutura e agência está colocado na obra de Douglass North. O primeiro é aquele que diz respeito à relação entre as instituições e tomada de decisões. O segundo é o da relação entre o sistema de crenças compartilhadas e as crenças individuais. O desafio teórico perseguido por North é o de integrar estes dois níveis e, a partir dessa integração, construir uma perspectiva que possibilite compreender os processos de mudança econômica. Vale salientar que, em ambos os níveis, North é um autor que, ao buscar dar conta da interdependência entre estrutura e agência, concede maior peso às ações individuais do que às determinações estruturais. A estrutura condiciona, mas não determina.

No primeiro nível, North enfatiza a intencionalidade dos agentes na criação institucional e o papel das instituições em constranger a ação. Em “*Understanding the Process...*”, North trabalha com sua definição já clássica de instituições, entendendo-as como os constrangimentos formais e informais que os seres humanos colocam a si mesmos: as regras do jogo. Basicamente, em sua visão, o homem cria instituições com o objetivo de reduzir a incerteza intrínseca ao mundo físico e sociocultural em que está inserido. Assim, a inovação institucional é vista como um processo carregado de intencionalidade, fruto dos modelos mentais e dos sistemas de crenças de determinada sociedade. Dessa forma, os atores possuem consciência do processo em que estão inseridos, possibilitando uma leitura positiva (como é) e normativa (como deve ser) sobre o mundo econômico, político e cultural. Essa leitura será a base para a construção de instituições, o que significa criar uma matriz de constrangimentos sobre as escolhas futuras que serão feitas por empreendedores políticos e econômicos. Assim, a agência se expressa na intencionalidade, na consciência e na tomada de decisões, de tal modo que, no presente, a ação de criar é também um ato de restringir e constranger a ação futura.

Contudo, essa agência não opera no vazio. A criação institucional acontece em um universo de instituições preexistentes, o qual já atua em constranger e restringir as escolhas presentes. Assim, escolhas passadas criam uma matriz institucional que limita as escolhas presentes, delimitando também as possibilidades de inovação institucional. Essa é a ideia de *path dependence*, que expressa a existência uma dependência da trajetória institucional pregressa. Isso implica que a maior parte da mudança institucional é uma mudança lenta e incremental⁷.

Um segundo nível em que podemos perceber a interdependência entre agência e estrutura é o da relação entre o sistema de crenças compartilhadas e as crenças individuais. Os modelos mentais compartilhados por indivíduos conformam sistemas de crenças que são a herança cultural comum a determinado grupo ou sociedade. Por sua vez, a existência dessa herança cultural reduz a divergência entre os modelos mentais pelos quais os indivíduos interpretam e agem sobre o mundo. Dessa forma, a cultura possibilita uma transferência geracional de percepções mais ou menos unificadas. A base dessa cultura é a linguagem. É nela em que as categorias e os significados são estruturados, refletindo o acúmulo de experiências daquela sociedade.

Como as crenças individuais interagem com essa estrutura herdada? Como os aprendizados locais interagem com esses aprendizados compartilhados, herdados e corporificados em instituições, estoques de conhecimento e linguagens? Aqui estamos em um nível mais complexo da relação entre agência e estrutura, pois a natureza da agência e da estrutura não é mais restrita àquela da tomada de decisões e de uma estrutura institucional, conformada por regras formais, explícitas e organizadas na forma de códigos objetivos. Aqui, estamos no plano da ação cotidiana e dos constrangimentos informais, que também são parte do arranjo institucional e podem vir a ser até mais determinantes para a performance econômicas de determinada sociedade que suas regras formais. De que forma aspectos socioculturais, tais como normas de honestidade, integridade, status, pertencimento, ostracismo operam em reduzir ou aumentar os custos de transação? Como interagem com as regras formais? Como são modificados?

⁷ North reconhece a existência de rupturas abruptas e revoluções. Inclusive, neste livro, discute momentos históricos de rupturas críticas, como a independência norte-americana. Sua teoria, porém, é focada na mudança incremental, carregando certa dificuldade em dar conta da mudança radical e legando a essa um menor peso explicativo para o desenrolar da História.

Mesmo que essas questões já tenham sido exploradas profundamente por sociólogos, antropólogos e demais cientistas sociais, foram pouco apropriadas e pesquisadas por economistas. Entender como as regras formais e as normas informais interagem é um elemento fundamental para se compreender as sociedades modernas. Nessas, as dinâmicas locais, regidas por constrangimentos informais, devem ser integradas por um arranjo de regras formalizadas, que possibilitem a realização de trocas entre pessoas e grupos sociais que não necessariamente comungam dos mesmos valores, de uma mesma religião, de uma mesma perspectiva política ou até de uma mesma linguagem.

Douglass North coloca essa questão inspirado em Hayek, assumindo que a crescente divisão do trabalho em uma sociedade complexa é fundamentalmente uma crescente especialização de conhecimentos, fruto de experiências e aprendizados locais. Não é a toa que nessas sociedades os custos de transação são crescentes. Isso se deve à mente humana não estar naturalmente preparada para interagir em ambientes de tamanha complexidade. Sua racionalidade é limitada e para mitigar essa limitação é necessário criar artefatos externos que possibilitem a coordenação e a cooperação em um ambiente incerto. Reduzir custos transações significa criar arranjos institucionais que integrem os aprendizados locais, fazendo as trocas operarem com maior eficiência.

Um dos conceitos mais importantes propostos por North é o de estrutura de artefatos (*artifactual structure*), o qual é um primeiro passo rumo à integração dos dois níveis de interdependência entre estrutura e agência. A estrutura de artefatos é o conjunto de linguagens, crenças, instituições, organizações, ferramentas, instrumentos, códigos e tecnologias que uma sociedade criou e acumulou ao longo do tempo para dar conta da incerteza que permeia o ambiente físico e sociocultural. Esses artefatos possuem uma realidade objetiva, material, mas fundamentalmente são processos mentais que dizem respeito à como agir e coordenar ações em um mundo incerto. Eles são a sedimentação de um conjunto de aprendizados compartilhados que estão disponíveis aos indivíduos. E aqui começamos a tratar do papel cognitivo das instituições:

Such an approach highlights the important cognitive role of social institutions. The enhanced specification of how individual beliefs interrelate with social context provides a set of mechanisms by which culture and social institutions enter more directly into explanations of economic change. We can only make sense of the contrasting characteristics of societies like those of the Muslim world and those of the Western world in terms of an in-depth

exploration of the interrelationship between the evolving belief systems and their social contexts [...] (NORTH, 2005, p. 36)

Ao criar instituições para reduzir custos de transação, os agentes recorrem a esses aprendizados, que estão consolidados em seus sistemas de crenças compartilhados. A percepção dos problemas a serem enfrentados e dos caminhos a serem percorridos dependem desses sistemas. Pode-se afirmar então que a grande sacada de North é perceber que os processos de evolução de sistemas de crenças e de sistemas institucionais andam juntos (AOKI, 2010). Dessa forma, a questão central da economia seria como explicar a diversidade de sistemas de crenças que evoluíram historicamente, bem como isso se relaciona com a diversidade de estruturas institucionais e de performances econômicas encontradas no mundo.

Nosso autor propõe que quanto mais rica a estrutura de artefatos de uma sociedade maior sua capacidade de reduzir incertezas e, assim, maior a probabilidade de sucesso econômico ao longo do tempo. Basicamente, a riqueza de uma estrutura de artefatos estaria em sua capacidade de se adaptar à novidade.

Os frutos da divisão do trabalho só são colhidos se a sociedade for capaz de construir instituições que façam os mercados de produtos e de fatores funcionarem de maneira eficiente, de modo que os agentes estejam competindo marginalmente. Porém, esse mundo é fruto de aprendizados dinâmicos que alteram as tecnologias empregadas, os custos informacionais e as decisões governamentais. Ou seja, alteram-se os parâmetros que regem o funcionamento daqueles mercados, de modo que não há garantias de que mercados que hoje são eficientes continuarão sendo amanhã. Para o sucesso econômico ocorrer é necessária alguma forma de eficiência dinâmica. Ou seja, é preciso ter capacidade de adaptar a estrutura institucional à novidade permanente que o mundo incerto nos lega. Dessa maneira, o determinante para a performance econômica seria a conquista de **eficiência adaptativa**.

Assim, no institucionalismo de Douglass North existe uma clara interdependência entre estrutura e agência, o que é uma característica importante dos sistemas abertos. Não é possível reduzir o todo às partes, nem as partes são determinadas pelo todo. Essa interdependência pode ser percebida em dois níveis: instituições X decisões; crenças compartilhadas X crenças individuais. O conceito de estrutura de artefatos parece ser fundamental em compreender o papel cognitivo das instituições, articulando os dois níveis. Isso implica em uma análise institucional

eminentemente dinâmica, focada nos processos de mudança institucional e em como são delineados pela dependência da trajetória e como propõe soluções que podem ser mais ou menos adequadas aos problemas enfrentados, determinando as performances econômicas.

4.1.3. Fronteiras Mutáveis

Um ponto importante para classificar um sistema como aberto é que suas fronteiras possam ser alteradas, bem como as fronteiras de seus subsistemas também possam mudar. Isso pode ocorrer de três formas: 1) as estruturas sociais podem evoluir; 2) as relações entre estruturas podem se vir a se modificar; 3) as formas de interdependência entre estrutura e agentes podem ser transformadas.

No livro aqui estudado, ocorre tanto a evolução das estruturas sociais, quanto a modificação das relações entre estruturas. Vale lembrar que o objeto central da obra é entender a mudança econômica e, como foi discutido no ponto anterior, as relações entre estrutura e agência são eminentemente dinâmicas. Em sua proposta analítica, o autor busca incorporar dois fatores abandonados totalmente pela teoria neoclássica, a intencionalidade dos agentes e a passagem do tempo. Para dar conta de forma mais sistemática do problema, North coloca cinco proposições sobre a mudança institucional (2005, p.59).

A primeira afirma que a contínua interação entre instituições e organizações, em um ambiente econômico de escassez e competição, é a chave para se compreender a mudança institucional. As instituições representam uma série de constrangimentos que configuram também o conjunto de oportunidades presentes em uma economia. Essa matriz de oportunidades será determinante para o tipo de organizações que empreendedores e grupos de pessoas com objetivos em comum criarão. Por sua vez, essas organizações atuarão intencionalmente para alterar as regras formais e as normas informais ao perceber que isso possa resultar em conjuntos de oportunidades novos que venham os favorecer. De toda forma, não se deve perder de vista que são indivíduos, com capacidades próprias, atuando dentro de organizações, que tomam decisões e alteram as instituições.

Segundo, a escassez coloca os agentes em competição e o arranjo institucional que regula essa competição condiciona os investimentos que os agentes e as organizações farão na formação de conhecimentos e habilidades. Por sua vez, esses

investimentos alteram a percepção das oportunidades e as escolhas que, de forma incremental, implicam em modificações do ambiente institucional. Assim, a mudança institucional é endógena e quanto maior a competição, maior será sua velocidade. Acrescenta-se ainda que o estoque de conhecimento possuído pelos indivíduos é determinante para a performance econômica e as mudanças desse estoque são determinantes para a evolução da economia como um todo.

Terceiro, a forma como a matriz institucional condicionará os investimentos em conhecimentos e habilidades, advém de seu papel em determinar o conjunto de oportunidades percebidas pelos agentes como sendo as que maximizam ganhos (*pay-offs*). Esse conjunto de oportunidades implica em diferentes resultados quanto à distribuição e ao produto, podendo oferecer mais incentivos para atividades distributivas ou para atividades produtivas. A escolha institucional, nesse sentido, é sempre uma escolha da medida em que irá se redistribuir renda ou potencializar a produtividade. Historicamente, essa escolha foi percebida como um jogo de soma zero. A escolha de ter uma matriz que favoreça mais a distribuição ou a produção refletiria a preferência daqueles que possuem poder de barganha para determinar as regras do jogo. Contudo, para North, é possível transitar para um sistema de crenças em que a matriz institucional crie um conjunto de oportunidades em que se alcance um jogo do tipo ganha-ganha.

Quarto, a chave para compreender as escolhas individuais é a percepção, que deriva dos modelos mentais dos indivíduos. Nos processos de mudança institucional, as escolhas refletem as informações que os agentes receberam e os modelos mentais que processam essas informações. Esses modelos, por sua vez, são frutos de diferentes aprendizados que conformam o conhecimento – técnico ou não – desses agentes. Assim, teorias da escolha devem especificar com cuidado os modelos subjetivos de tomada de decisões.

Quinto: economias de escopo, complementaridades e redes de externalidades frutos de uma matriz institucional implicam que a mudança será incremental e dependente da trajetória. Isso significa que, ao determinar os tipos de organizações que serão criados, a matriz institucional também determina os tipos de relações de interdependência entre essas organizações e as condições para sua sobrevivência. O ponto fundamental é que não é possível reverter trajetórias do dia para a noite. North justifica essas características da mudança:

It is incremental because large-scale change will create too many opponents among existing organizations that will be harmed and therefore oppose such change. Revolutionary change will only occur in the case of gridlock among competing organizations which thwarts the ability of organizations to capture gains from trade. Path dependence will occur because the direction of the incremental institutional change will be broadly consistent with the existing institutional matrix (for the reasons described above) and will be governed by the kinds of knowledge and skills that the entrepreneurs and members of organizations have invested in (NORTH, 2005, p. 62).

O importante é que, para North, o tempo exerce um papel crucial, de modo que uma tarefa central para os economistas seria conhecer o modo como as estruturas sociais evoluem. Ainda, pode-se afirmar que, em sua perspectiva, as conexões entre as estruturas podem mudar, pois aspectos culturais, políticos e econômicos estão em permanente interação. Por exemplo, qual a fronteira entre o sistema político e o sistema econômico? Nas sociedades modernas, a conformação de uma estrutura institucional passa por decisões governamentais. North é enfático ao afirmar que mercados eficientes requerem governos. Porém, surge o dilema de como construir instituições governamentais que ao mesmo tempo garantam o bom funcionamento da economia e não confirmem poder discricionário e extrativo ao Estado e seus funcionários:

Solving the development problem therefore requires the crafting of political institutions that provide the necessary underpinnings of public goods essential for a well-functioning economy and at the same time limit the discretion and authority of government and of the individual actors within government (NORTH, 2005, p. 85).

Por um lado, o governo poderá agir de forma oportunista em relação aos agentes econômicos privados, criando carteis e favorecendo a criação de rendas para atores politicamente fortes. Por outro, poderá atuar de forma a incentivar atividades econômicas que melhorem a performance da economia. Os mercados políticos são complexos, envolvem altos custos de transação e um encadeamento de relações agente-principal que em boa parte explicam porque a intenção subjacente às decisões muitas vezes não se realizam. De toda forma, são necessários e podem contribuir para melhorar a eficiência econômica, especialmente em face de falhas de mercado.

Por exemplo, possuir informações, conhecimentos e tecnologias livres é um elemento necessário ao bom funcionamento dos mercados. Contudo, esses fatores assumem a característica de bens públicos que tendem a ser ofertados em quantidades abaixo do ponto de equilíbrio. Não à toa, um dos desafios do desenvolvimento é construir um arranjo institucional que coordene atores públicos e privados através de uma estrutura que confira incentivos suficientes para prover esses fatores a um nível eficiente. Qual deve ser o papel do Estado nesse arranjo? Não existe uma resposta a

priori para essa questão. De fato, há uma diversidade de arranjos institucionais de ciência e tecnologia no mundo. Cabe à economia institucional investigar essa diversidade, observando como efeitos de dependência da trajetória, experiências e aprendizados levaram a soluções mais ou menos eficientes para cada caso específico.

Portanto, quando se trata das fronteiras dos sistemas e subsistemas, na obra de North, elas são mutáveis. As estruturas sociais (institucionais, simbólicas e econômicas) evoluem, sendo esse o objeto central de sua investigação. Também, as relações e os limites entre estruturas e subsistemas não estão delineados *a priori*. Variam ao longo do tempo e entre os casos. Dessa maneira, observamos sistemas reais e complexos, que podem assumir formas diversas, as quais devem ser investigadas a partir de um olhar histórico.

4.1.4. Estruturas Sociais Imersas em Estruturas Sociais

Uma das características dos sistemas abertos é que configuram estruturas sociais que estão imersas em outras estruturas sociais. A interação entre essas estruturas é significativa, dado o caráter permeável ou semipermeável de suas fronteiras.

Essa é uma característica importante do marco analítico proposto por North. Como vimos no ponto anterior, as fronteiras dos sistemas possuem mutabilidade, por evoluírem ao longo do tempo e por ocorrer interações entre os subsistemas. Essas fronteiras são permeáveis e só podem ser apreendidas se observadas na sua relação com estruturas sociais mais amplas.

Para North, os processos de criação e mudança institucional devem ser compreendidos a luz da percepção dos agentes, que orienta sua tomada de decisão. Por sua vez, essa percepção é delineada pelos modelos mentais dos indivíduos, os quais estão imersos em sistemas de crenças compartilhadas. Esses sistemas de crenças também fazem parte de um todo que é a estrutura de artefatos disponível em uma sociedade. Assim, as estruturas de percepção dependem de modelos mentais compartilhados, que por sua vez estão imersos em sistemas de crenças que compõe a estrutura de artefatos da sociedade.

Ainda, pode-se afirmar que, em uma visão de longa duração, o processo de evolução das estruturas sociais implica em processos de diferenciação que criam novas estruturas, as quais progressivamente passam a ter dinâmicas endógenas. Essas novas

estruturas sociais herdadas características das estruturas em que estavam imersas anteriormente, mas também criam sistemas simbólicos e formas institucionais próprias. Na obra de North, o estudo desses processos de herança e diferenciação é central para se criar teorias do desenvolvimento econômico.

Essa lógica fica evidente nas análises históricas comparativas. A herança colonial de instituições britânicas, no caso dos Estados Unidos da América, e de instituições espanholas, no caso da América Latina, seriam elementos fundamentais para explicar a diferença do sucesso econômico verificado nessas duas regiões do mundo. A capacidade de gerar ordem social, limitando o poder do Estado, garantindo compromissos críveis entre Estado e cidadãos e estabelecendo direitos de propriedade bem especificados seria o fator diferenciador dos EUA.

One critical fact should be emphasized. The heritage of British institutions created a favorable milieu for the development of the institutions of impersonal exchange which were the foundation of the long term economic growth of the American economy (NORTH, 2005, p. 112).

Já a herança colonial espanhola da América Latina geraria efeitos em sentido contrário. A lógica personalista e predatória do Estado espanhol se refletiria na América Latina, expressa na formação de um conjunto de crenças compartilhadas que favorecem as relações pessoais fortes em detrimento de instituições impessoais. Essas características estariam na origem de uma permanente instabilidade, implicando em uma tendência à desordem que seria prejudicial ao desenvolvimento dos países dessa região:

There was, however, a common set of beliefs built on personal exchange which fostered strong personal relationships but undercut the construction of institutions of impersonal exchange. The absence of consensus about the legitimate ends of government and how society should be organized resulted in failure to police limits to the state. The absence of agreement about basic political structure combined with an absence of a shared belief system resulted in an absence of credible commitment by the new states and in inherent political instability.

Yet inherent political instability did not completely halt economic growth. In Latin America it produced neither economic collapse nor stagnation but continuing instability, extensive rent seeking, political authoritarianism, adverse income distribution, and an inefficient provision of public goods, with slow economic growth (NORTH, 2005, p. 113).

Outro momento de sua análise em que essa lógica da herança e da diferenciação vem à tona é quando discute a diferenciação dentro de um mesmo sistema de crenças compartilhadas, o cristianismo. Com o objetivo de compreender como as crenças comportamentais implicam na criação de instituições e organizações que promovem

melhores performances econômicas, são comparadas duas derivações do cristianismo - o catolicismo e o protestantismo - e como essas se relacionam com diferentes padrões de desenvolvimento econômico no norte e no sul da Europa ocidental. O elemento central para compreender essas diferenciações, segundo North, não são simplesmente as normas adotadas, mas os processos de aprendizado engendrados que produzem modificações adaptativas no cristianismo frente às diferentes realidades históricas vividas por cada país. Assim, é preciso analisar como as crenças comportamentais são conformadas dentro de determinadas condições institucionais específicas, previamente existentes.

Os processos de aprendizado, que criam e modificam as crenças comportamentais, são determinados pelas experiências vividas pelos indivíduos e pela estrutura de crenças previamente existente que filtra as informações da experiência. Dessa forma, dentro de uma mesma estrutura simbólica – o cristianismo – as diferentes experiências vividas pelas sociedades levaram a criação de ramificações que, por sua vez, engendraram diferentes padrões comportamentais e institucionais. Então, a tarefa passa a ser analisar os mecanismos pelos quais essas visões de mundo se relacionam com o desenvolvimento econômico. No caso do cristianismo, pode-se afirmar:

Christian belief gradually evolved the view that nature should serve mankind and that therefore the universe could and should be controlled for economic purposes. Such an attitude is an essential precondition for technological progress. But it was particularly the unique institutional conditions of parts of medieval/early modern Europe that provided the sort of experiences that served as the catalyst to precipitate such perceptions. From this perspective Weber's protestant ethic is a part of the story of this adaptation but is "downstream" from the originating sources (NORTH, 2005, p. 137).

O importante nesta seção é apontar como na obra de North a estruturas sociais estão inseridas em outras estruturas sociais mais amplas, com as quais se relacionam em uma dialética de herança e diferenciação. Assim, compreender a relação entre sistemas de crenças, instituições e desenvolvimento econômico conclama olhar para os sistemas econômicos como sistemas abertos, o que implica tomar decisões sobre o nível estrutural e temporal para o qual se observa. Por exemplo, busca-se construir um argumento generalizado para explicar as diferenças entre América Latina e EUA olhando para um marco temporal de 400-500 anos. Contudo, seria possível avançar na análise observando outros níveis de diferenciação no sistema, buscando dar conta de diferenças entre os Estados latino-americanos. Provavelmente, olhar para esse outro

nível de diferenciação levaria a resultados distintos, destacando outros fatores determinantes dos processos de desenvolvimento.

Essa é uma característica central dos sistemas abertos que necessariamente implica em pluralismo. Não há verdade sobre esses sistemas. Há perspectivas que implicam em delimitações específicas de níveis analíticos, buscando instrumentos teóricos e metodológicos adequados para os problemas colocados. Nesse sentido, as escolhas científicas apropriadas não são determinadas *a priori*. São *problem-dependent*.

4.2. O Sistema Teórico

4.2.1. A Classificação das Variáveis.

Quando tratamos de sistemas abertos, a classificação das variáveis entre endógenas e exógenas pode vir a ser alterada com o passar do tempo. Ainda, pode-se afirmar que, decorrente da possibilidade de existir variáveis ou relações desconhecidas, nem sempre essa classificação entre endógeno e exógeno é exaustiva. Como essa questão aparece na obra de North?

Um primeiro fator a ser salientado é que, no livro aqui analisado, North não constrói sua teoria em cima de variáveis, no sentido mais rigoroso do termo⁸. Seria mais apropriado dizer que North procura conjugar diferentes **dimensões de análise** em uma narrativa histórica, construída em cima de conceitos delineados no marco teórico institucionalista. Por exemplo, ao assumir a mudança econômica como seu objeto de análise, propõe que a condição para sua explicação é investigar as complexas relações existentes entre:

- 1) Mudança institucional;

⁸ O conceito de variável geralmente é utilizado em linguagens de lógica e matemática. Segundo o dicionário Akal de Filosofia: “*VARIABLE, en lógica y matemáticas, símbolo interpretado de manera que se le asocia con un rango de variables, un conjunto de entidades de las que cualquiera de ellas puede serle temporalmente asignada como valor de la variable. Una ocurrencia de una variable en una expresión matemática o lógica es una ocurrencia libre si es necesario asignarle un valor para que la expresión que la contiene adquiera un valor semántico –una denotación, valor de verdad u otro significado–. Supóngase que se asigna un valor semántico a una variable y a una constante como significado del mismo tipo; si una expresión contiene ocurrencias libres de esa variable y sólo de ella, se considera normalmente que el valor de esa expresión para esa asignación de valores es el mismo que el de la expresión obtenida al sustituir la constante por todas las ocurrencias libres de la variable. Una ocurrencia ligada de una variable es aquella que no es libre (AUDI, 2004)*”.

- 2) Formação de estoques de conhecimento;
- 3) Mudanças demográficas;

Esses seriam os fatores explicativos a serem levados em consideração na análise. Mas percebe-se que, por exemplo, mudança demográfica não é uma variável. É um fenômeno complexo o qual pode ser analisado observando o comportamento de diversas variáveis como as taxas de nascimento, taxas de mortalidade, crescimento vegetativo da população, taxas de escolaridade, taxas de matrimônio e assim por diante. O mesmo vale para a mudança institucional e para a formação de estoques de conhecimento.

O ponto a salientar é que essas dimensões de análise possuem diversas instâncias empíricas que podem ser apreendidas pelo pesquisador para estudar o fenômeno de longo prazo da mudança econômica. Essas dimensões podem ser estudadas observando variáveis, mas podem também incorporar indicadores qualitativos ou outros métodos, como a análise documental e a reconstituição descritiva de processos históricos. Uma vez recolhido o material empírico, deverão ser articulados pela narrativa textual, construída em cima de conceitos específicos, buscando-se criar explicações coerentes para os fenômenos estudados.

É interessante perceber a preocupação do autor com dimensões analíticas que expressam a interação entre subsistemas, os quais operam conjuntamente dentro de um sistema mais amplo, o sistema social. Não se trata de isolar variáveis dependentes e independentes e identificar parâmetros. A análise opera pela escolha de uma dimensão específica (mudança institucional, por exemplo), objetivando compreender como mudanças nessa dimensão se relacionam com mudanças em outras (formação de estoques de conhecimento ou a própria mudança econômica).

Ainda, é preciso salientar que essa escolha não significa que as outras dimensões estejam isoladas ou controladas. Não há nada próximo da famosa condição *coeteris paribus*. Pelo contrário, ao ler o “*Understanding the Process of Economic Change*” o que fica evidente é o movimento, a dinâmica. Tudo varia ao mesmo tempo. Mas se tudo está se movendo e se não há parâmetros, como é possível fazer comparações? É possível produzir algum conhecimento?

Sim, é possível ter avanços progressivos na compreensão de processos históricos do presente e do passado, conhecendo suas dinâmicas e contribuindo para se racionalizar a busca por soluções institucionais para os problemas econômicos. Esse

conhecimento, mesmo que provisório, fará parte da estrutura de artefato da sociedade. Especialmente se a análise histórica tiver uma retórica eficiente em convencer e for capaz de se difundir na sociedade para além do corpo restrito dos especialistas, ela interagirá com outros aprendizados e poderá vir a ser uma valiosa contribuição para a busca de soluções adaptativas nessa sociedade.

Porém, como discutido na seção anterior, ao se tratar de sistemas abertos, é preciso ter ciência que o conhecimento é portador de uma dose significativa de incerteza. O estudo de sistemas abertos necessariamente implica em conhecimentos não totalizantes, que enfocam diferentes problemas, diferentes dimensões da realidade e que não apresentam respostas definitivas. Dai a necessidade de mudar a postura arrogante do conhecimento científico, passando a se ter clareza de suas limitações. Douglass North tem consciência disso e, para conduzir sua investigação, afirma que irá se concentrar no estudo de **um dos fatores da mudança econômica**: a mudança institucional. Assim, logo na primeira página do livro, afirma:

A complete theory of economic change would therefore integrate theories of demographic, stock of knowledge, and institutional change. We are far from having good theories of any one of these three, much less of the three together, but we are making progress. The central focus of this study, and the key to improving economic performance, is the deliberate effort of human beings to control their environment. Therefore, priority is given here to institutional change, with the consequent incentive implications for demographic and stock of knowledge changes; but there is no implication that such an approach deals adequately with the latter two (NORTH, 2005, p. 1).

Por fim, vale chamar a atenção que a relação entre mudança institucional e mudança econômica proposta por North não é uma via de mão única. Se por um lado a performance econômica é explicada pelos aprendizados coletivos que conformam a estrutura institucional, por outro a mudança econômica coloca os agentes em face de novidades que exigem novas soluções, impulsionando a mudança institucional. É nesse sentido que se propõe a ideia de eficiência adaptativa.

O problema central fica expresso quando North pontua que a maior dificuldade não está em criar mercados eficientes, mas em achar formas de que esses mercados permaneçam eficientes com o passar do tempo. A própria dinâmica de concorrência cria condições favoráveis para introdução de novas tecnologias, para a criação de novas regras informais que regulam as relações ou para alterar as preferências de consumo. Essas novidades, por sua vez, podem colocar em xeque a eficiência dos mercados existentes. Isso pode ocorrer, por exemplo, através da criação de monopólios ou de

assimetrias informacionais. Dessa forma, a própria estrutura institucional se tornará antiquada, demandando reformulações.

As mais diversas mudanças podem ocorrer, em direções não previsíveis. Essa é a essência de afirmar que há incerteza, pois deriva do fato de que não há como saber que tipo de aprendizado os agentes terão no futuro. Bem como, pode haver uma distância significativa entre as intenções dos agentes e os resultados esperados na tomada de decisões. A todo tempo, as consequências não premeditadas das ações afetam os rumos da mudança econômica e institucional. Portanto, não há garantias que o conjunto de regras formais e normas informais que hoje são eficientes continuarão sendo amanhã.

É nesse sentido que o conceito de eficiência adaptativa passa a ser central, pois a performance do passado impõe a necessidade de buscar soluções para o presente, as quais, por sua vez, determinarão as trajetórias futuras. A ineficiência está na incapacidade de lidar com a novidade e, portanto, mais importante do que encontrar determinado receituário de instituições, seria encontrar instituições com elevada capacidade de adaptação às realidades específicas de cada país. Isso implica em desenvolver modelos mentais que façam leituras corretas do ambiente. Consequentemente, a própria ideia de um *get institutions right* passaria a ter um novo significado: “*Getting it right through time means that we perceive correctly changes in the human environment, incorporate those perceptions in our belief system, and alter the institutions accordingly*” (NORTH, 2005, p. 116).

Dessa forma, apesar do autor não utilizar esse termo, pode-se afirmar que na perspectiva de North, existe uma espécie de dialética entre economia e instituições, que implica na necessidade de se pensar a eficiência de uma nova forma, a qual incorpore a passagem do tempo. Por essas características da teoria de North, torna-se difícil de distinguir tanto o exógeno do endógeno, quanto o dependente do independente, sendo mais apropriado se pensar em dimensões de análise, com instâncias empíricas articuladas, do que em variáveis, no sentido mais estrito do termo.

4.2.2. Conexões e Fronteiras Mutáveis ou Imperfeitamente Conhecidas

Uma das implicações teóricas de se estudar sistemas abertos é que as conexões entre as estruturas e as fronteiras do sistema podem ser imperfeitamente conhecidas ou podem mudar com o tempo, tornando o conhecimento provisório. No ponto 3.1.3 foi discutido como, na perspectiva de Douglass North, as estruturas sociais evoluem e como

as relações entre os subsistemas tendem a variar entre casos e a se transformar com a passagem do tempo. Ainda, não raro, essas relações não são fáceis de serem definidas, pois há significativa permeabilidade entre suas fronteiras.

Tendo em vista essas características, é preciso construir teorias que tenham por objeto a mudança. Essas teorias devem conceber as interações entre agentes e estruturas de forma dinâmica. Nessa tarefa, o acúmulo de conhecimento sobre dinâmicas evolucionárias pelas ciências biológicas poderia ser utilizado pelos economistas. Contudo, salienta North, é preciso ter parcimônia, pois uma limitação da aplicação de modelos evolucionários aos fenômenos humanos é que nesses modelos não há conceitos que deem conta da intencionalidade humana. Também, há o problema de não existir nos sistemas sociais algo semelhante aos genes. No mundo biológico, os genes são fatores fundamentais para explicar a reprodução, bem como suas mutações explicam as variações. Nos fenômenos sociais não há uma partícula essencial que seja transformada e transmitida. Existem estruturas simbólicas, percepções e aprendizados que interagem de maneira complexa, conferindo consciência e intencionalidade aos processos. Nesse sentido, há limites para fazer analogias estreitas entre os processos socioeconômicos e os processos biológicos.

No mundo social, o próprio desenvolvimento dos sistemas é um processo de diferenciação estrutural marcado pela delimitação de fronteiras. A construção institucional, seja por ações deliberadas de criação de regras formais, seja pelo surgimento não intencional de normas e padrões de conduta informais, é a forma pelas quais essas fronteiras são delimitadas. Nesse sentido, a análise institucional possui em seu cerne a preocupação de criar métodos e teorias para observar como sistemas e estruturas sociais se conectam ou se desconectam. Por sua vez, isso implica em conhecer os processos de aprendizados coletivos que estão na origem da mudança institucional.

Obviamente, nesse tipo de análise há incertezas. Nem sempre é possível precisar qual foi o momento exato dessas conexões e desconexões sistêmicas, até por que nem sempre há um momento exato. Também, definir quais são os processos principais que impulsionam essas dinâmicas é uma tarefa difícil.

Por exemplo, quando North analisa a independência norte-americana, observa como ocorrem mudanças nas percepções difundidas nas 13 colônias a respeito dos

ingleses serem aliados ou ser uma ameaça. Essas mudanças nas percepções ocorrem gradualmente e alteram as correlações de forças entre grupos políticos dentro das colônias, favorecendo os partidários da independência. Porém, isso não teria ocorrido sem ter se alterado a balança de poder internacional. Com a vitória da Inglaterra na Guerra dos Sete Anos, a importância estratégica das 13 colônias para o Império Britânico foi diminuída. Isso, progressivamente, fez a população colonial perceber uma crescente ameaça inglesa a sua autonomia, fortalecendo grupos mais radicais pró-independência. O aumento de taxas de comércio exterior foi o estopim da revolução norte-americana, mas não sua causa. A conjugação de diversos fatores que se encadearam tem de ser vistos para se formular uma explicação ao processo.

Isso exemplifica como mudanças institucionais são processos difíceis de serem apreendidos. O estudo desses processos necessariamente colocam outras questões que nos levam a outros níveis sistêmicos necessários para se compreender esses processos de redefinição de fronteiras. Quais os mecanismos que operaram para difundir a percepção da crescente ameaça inglesa à autonomia das 13 colônias? Como as informações a respeito dos impactos do fim da Guerra dos Sete Anos foram difundidas? Quais os espaços sociais em que se deliberava sobre essas questões políticas? Quem eram os atores com poder de influência nesses espaços? Quais seus instrumentos retóricos?

Essas questões são exemplares de como investigar a articulação entre as dinâmicas estruturais e a ação humana implica em um encadeamento de problemas, os quais podem levar anos para se alcançar respostas iniciais. Essas respostas, por sua vez, serão sempre provisórias, pois eminentemente históricas e sujeitas a serem questionadas e revistas por novas informações e novas interpretações científicas. Contudo, como de certa forma fica expresso na própria trajetória de pesquisa de Douglass North (WALLIS, 2016), o avanço no conhecimento se deve, principalmente, a se colocar problemas de pesquisa mais sofisticados, que impliquem em percepções mais aguçadas sobre os processos históricos.

Assim, a questão de como produzir conhecimento sobre sistemas que possuem fronteiras incertas e mutáveis é central para se afirmar a possibilidade de fazer ou não economia institucional. Na obra de North não se encontra uma resposta segura para esse problema, mas um caminho a ser seguido: o de estudar os processos de aprendizados

coletivos, colocando-se questões cada vez mais minuciosas, que elucidem novas dimensões analíticas.

4.2.3. Sistemas Incertos e Conhecimento Imperfeito

Pela análise das sessões anteriores, ficou claro que Douglass North entende as relações entre as instituições e a economia conformando um sistema aberto. Então, necessariamente, derivam-se implicações epistemológicas de se pensar a economia como um sistema aberto.

O tipo de teoria construído para dar conta de sistemas abertos é necessariamente perpassado por imperfeições em relação ao conhecimento que produz. Não existem teorias exatas sobre sistemas abertos. A primeira razão a enfatizar é que podem existir variáveis ou relações entre variáveis que estão ocultas aos olhos do analista. Ainda, mesmo que se conheçam todas as variáveis relevantes, seus efeitos podem ser incertos. Por fim, mesmo que se conheça com segurança as variáveis e seus efeitos, o próprio sistema pode evoluir e desenvolver novas variáveis, com novas relações entre si.

Como North lida com a questão da incerteza que permeia o conhecimento sobre sistemas abertos? Essa questão é difícil, pois em seu livro não há um capítulo dedicado especialmente a discutir a epistemologia da economia institucional. Contudo, há discussões implícitas, que em diversos momentos vêm à tona ao longo do livro.

Já no início do segundo capítulo, North afirma que a teoria econômica tradicional não possui instrumentos para lidar com a incerteza que permeia um mundo em constante mudança, dado que é uma teoria estática, que não leva em conta a intencionalidade dos atores. A agência humana implica na permanente construção de novas formas institucionais e de novos conhecimentos para lidar com a incerteza. Assim, ao incorporar a agência humana à teoria econômica, demanda-se um tipo de teoria complexa, que englobe a criação, a intencionalidade e o movimento. Que tipo de teoria pode ser construído para dar conta de um objeto com essas características? Seria possível criar teorias universais e imutáveis? Ou seria essa teoria necessariamente provisória, sujeita a ser posta a prova pela própria intencionalidade e capacidade de criação dos agentes sociais? Assim, North coloca a questão: *“If we are continually creating a new and novel world, how good is the theory we have developed from past experience to deal with this novel world”* (NORTH, 2005, p. 13)?

Para ter uma noção clara das implicações de incorporar a agência na teoria é preciso entender como a ideia de incerteza passa a ser central na análise de sistemas abertos. Segundo North, a noção de incerteza possui uma longa história nas ciências econômicas, sendo que a distinção entre risco e incerteza proposta por Frank Knight na década de 1920 ainda hoje seria importante: risco seria aquela condição em que é possível atribuir uma distribuição de probabilidade ao fenômeno. A incerteza, por sua vez, não é mensurável, ela não é probabilística. Ao longo do século XX, a teoria ortodoxa teria abandonado o conceito de incerteza ou, quando assumiu o termo, fez significando risco. North afirma que os economistas procederam como se a incerteza, no sentido de Knight, fosse algo não usual. Para os economistas do século passado, a grande maioria dos fenômenos poderia ser descrita através de distribuições probabilísticas e, dessa forma, a vantagem epistemológica estaria em desenvolver teorias matematicamente sofisticadas, simples e elegantes.

Contudo, afirma North, os economistas do século XX se equivocaram. Um olhar mais atento para a história humana faz perceber que a incerteza é a condição mais usual com que se deparam os seres humanos desde a Pré-História até a Era Moderna. A incerteza é ubíqua, o mundo é não ergódico e a ação humana pode ser entendida como um esforço para reduzir a incerteza do ambiente físico e sociocultural. Dessa forma, o conhecimento produzido pelo homem, em suas mais diversas facetas, incluindo as teorias científicas, seriam formas de lidar com a incerteza:

Indeed despite the above cited assertion by eminent theorists that it is not possible to theorize in the face of uncertainty, humans do it all the time; their efforts range from ad hoc assertions and loosely structured beliefs such as those encompassed in the labels “conservative” and “liberal” to elegant systematic ideologies such as Marxism or organized religions (NORTH, 2005, p. 16).

North estabelece a existência de diferentes graus de incerteza. Para cada grau, o homem desenvolve diferentes estratégias em busca de reduzir essa incerteza. Segue-se uma lista das diferentes estratégias para reduzir incertezas (NORTH, 2005, p. 17):

(1^a) Dado determinado estoque de conhecimento, é possível produzir informações que reduzam a incerteza;

(2^a) Dado determinado arranjo institucional (*Institutional framework*), é possível aumentar o estoque de conhecimento para reduzir a incerteza;

(3^a) A incerteza pode ser reduzida modificando os arranjos institucionais;

(4^a) Incerteza em face de novas situações que implica em mudança nas crenças;

(5^a) Incerteza residual que está na origem de crenças “não racionais”.

Assim, pode-se afirmar que as ciências sociais fazem parte desse esforço de compreender o mundo para reduzir a incerteza. Não é a toa que nessas ciências não se desenvolvam leis sobre o comportamento humano semelhante aquelas das ciências da natureza. Isso se deve justamente ao caráter não ergódico do mundo que implica em mudança permanente, transformando o mundo mesmo e o conhecimento sobre esse. É justamente esse caráter não ergódico do mundo que, frente à mudança e à novidade, condena, mais cedo ou mais tarde, qualquer conhecimento ao ostracismo.

Isso poderia levar a uma atitude de descrença ou a uma percepção de inutilidade do fazer científico. Contudo, North acredita na ciência. Não é um cético. Pelo contrário. Em sua visão toda produção de conhecimento, científico ou não, é uma forma de lidar com essa incerteza. Segue daí sua percepção que se quisermos criar uma teoria econômica mais útil, se faz necessário incorporar o pressuposto de que vivemos em um mundo não ergódico. Em sua perspectiva, isso implica em desenvolver o conhecimento que possuímos sobre as instituições humanas e sobre como elas se relacionam com a performance econômica.

Para tanto, o caminho seria integrar a análise institucional ao que já sabemos sobre crescimento econômico e elevação da produtividade. Nesse sentido, tornar-se-ia central investigar qual a relação entre mudança institucional o aumento da quantidade e da qualidade do capital físico e humano. Ou seja, estaríamos investigando a relação entre instituições, demografia e estoque de conhecimento. Essa integração dependeria de se avançar na discussão de três temas fundamentais: a existência de fricções econômicas, a incorporação da passagem do tempo e a compreensão da intencionalidade dos agentes.

De toda forma, fica implícito em seu texto o reconhecimento que seria ingênuo pensar que o avanço da economia institucional levaria ao desenvolvimento de uma estrutura de incentivos perfeita, que nos conferissem receitas para promoção do desenvolvimento econômico. Pelo contrário, o ponto central é humildemente incorporar em nossa consciência científica os limites do conhecimento que produzimos:

The key to useful institutional analysis is to take into account the imperfect nature of institutional incentive systems and build that understanding into the analytical framework. Only then will the institutional analysis make the

essential contribution to political economic analysis that it is capable of making (NORTH, 2005, p. 67).

Essa postura é razoável, porém é permeada por uma tensão não desprezível. O processo de criação institucional, nessa perspectiva, é justamente explicado pela busca de lidar com a incerteza, em que se procura ter um maior controle sobre o ambiente físico e humano. A própria racionalização científica sobre como esses processos ocorrem seria uma forma de lidar com essa incerteza. Assim, essa racionalização seria uma potência fundante da própria economia institucional: buscamos conhecer intimamente as instituições para melhora-las e, assim, encontrar formas mais seguras de lidar com a escassez e com os problemas distributivos. Contudo, essa incerteza que objetivamos reduzir, por definição, estará sempre presente. Será eternamente uma sombra por trás do trabalho humano, incluindo aqui o laboro científico. Dessa forma, por mais que avançamos na racionalização em busca do controle do nosso ambiente, essa será uma tarefa permanentemente incompleta.

Então, o que nos resta? Como podemos conviver com essa tensão? Como incorporar em nosso saber e em nossa prática de economistas a consciência de que as estruturas institucionais são e serão imperfeitas sem cair em um total ceticismo? Parece que esse é um dilema que os economistas do século XXI não poderão se dar ao luxo de ignorar. Um caminho importante é o de valorizar e interagir com os processos de aprendizados dos agentes econômicos e entender que eles são necessariamente diversos, frutos de experiências físicas e socioeconômicas específicas que cada sociedade se depara. O mesmo vale para as ciências econômicas que, ao se colocar essas questões, terá que assumir seu caráter plural e perceber que aí está sua força. Ainda, cabe pensar em instituições que potencializem a transformação desses aprendizados localizados em instituições e políticas públicas que atuem na resolução dos problemas emergentes.

Nesse sentido, os economistas deveriam necessariamente ter uma postura democrática. Aqui, caberia seguir a proposição de Dani Rodrik (2007): as instituições democráticas podem ser entendidas como meta-instituições para a criação de boas instituições. É sob essa fundamentação que se pode pautar uma ética eminentemente democrática para a profissão.

4.3. Os Limites de North

De acordo com a metodologia do pluralismo crítico, o primeiro objetivo da análise é a conhecer de perto cada uma das diversas perspectivas teóricas que conformam as ciências econômicas, compreendendo seus potenciais analíticos. O segundo objetivo é apontar seus limites, a partir de seus próprios termos. Assim, nesta seção, apresentamos algumas críticas que indicam problemas não resolvidos na obra de North, os quais podem ser objeto de pesquisas futuras.

Antes, é preciso afirmar que um dos grandes méritos de North é avançar na compreensão do papel cognitivo das instituições. Isso é feito ao colocar no centro de sua proposta o conceito de aprendizado. O aprendizado é o elo entre as novas experiências e os modelos mentais previamente existentes. É a base da tomada de decisões, que relaciona a trajetória passada e as novidades do presente. Dessa forma, a mudança institucional tende a ser mais incremental do que revolucionária. A mudança econômica, por sua vez, deve ser analisada sob uma perspectiva de longa duração, observando os processos adaptativos de aprendizado que conformam as instituições e levam as sociedades a obter melhor ou pior desempenho em sua performance econômica.

Ainda, seria possível afirmar que há sociedades que desenvolveram maior capacidade adaptativa, criando um arranjo institucional mais eficiente para lidar com a novidade e, especialmente, para garantir uma ordem social estável no que se refere às liberdades individuais e aos direitos de propriedade. Isso significa que essas sociedades desenvolveram formas mais eficazes de lidar com o problema da realização de trocas impessoais e da integração do conhecimento local dos agentes, potencializando as atividades produtivas.

O primeiro limite necessário de ser apontado é que, apesar de North partir de uma visão dos processos sociais que se pretende focada nos indivíduos, não raro suas análises apresentam certa tendência de estabelecer um determinismo cultural. Douglass North constrói seu edifício teórico em cima de uma perspectiva não atomística dos sistemas sociais. As partes não explicam o todo e a interdependência entre estrutura e agência é central na análise. O ponto de partida é ação individual, a qual deve ser explicada pelos modelos mentais que orientam a tomada de decisões individuais e dotam a ação de consciência e intencionalidade. Esses modelos são compartilhados e só podem ser apreendidos à luz dos sistemas de crenças em que estão inseridos. O problema é que, por mais que North queira dar maior peso na explicação às ações

individuais, em suas análises, muitas vezes, a intencionalidade é simplesmente uma derivação automática desse sistema de crenças. A tomada de decisões é subsumida na estrutura simbólica, caindo em certo tipo de culturalismo.

Isso implica em uma visão que privilegia a homogeneização, em detrimento de observar as inúmeras variações possíveis das formas como modelos mentais compartilhados são traduzidos em tomadas de decisões. Será que é possível explicar a instabilidade econômica e política da América Latina pelo sistema de crenças latino-americano? Existiria algo como um sistema de crenças latino-americano? Ou ainda, pensando em relação às matrizes religiosas, ao invés de tratar do catolicismo como um sistema de crenças homogêneo, não seria mais importante observar como suas diferentes ramificações implicam em diferentes intencionalidades? E será que as ações dos agentes de fato refletem os discursos e as teologias por trás dessas diferentes ramificações?

Como pontua Masahiko Aoki, a tarefa de integrar uma visão individualista com processos culturais evolucionários ainda está incompleta na obra de North. Especialmente, é preciso avançar na compreensão de como os aprendizados locais dos indivíduos são compartilhados e como levam a alterações nos sistemas de crenças (AOKI, 2010).

Um caminho importante nessa tarefa é o estudo de elites políticas. Vale ressaltar que ao se referir ao sistema de crenças de uma sociedade, North designa aquilo que seria sistema de crenças dominante. Assim, é preciso estudar as visões de mundo das elites políticas, econômicas e burocráticas, observando as percepções de indivíduos influentes, o papel das instituições de ensino na formação dessas elites, as redes sociais em que estão inseridos, os espaços sociais em que se organizam (QUEIROZ-STEIN, 2016). Para avançar na pesquisa, se faz necessário desvendar os mecanismos pelos quais as visões de mundo dessas elites se encrustam como sistemas simbólicos, que generalizadamente estruturam percepções nas sociedades modernas. Aqui, tornam-se relevantes estudos sobre o papel da mídia, dos sistemas educacionais, da conformação de padrões de consumo. Ainda, é preciso colocar o problema sobre como esses sistemas dominantes interagem com sistemas de crenças não dominantes e contra hegemônicos. Será que há sistemas de crenças dominantes mais flexíveis e democráticos do que outros? Também se deve compreender como os diferentes sistemas de crença interagem

e influenciam a tomada de decisões em política econômica. Neste caso, é a diversidade ou a homogeneidade que determinam maior eficiência adaptativa no longo prazo?

Um segundo problema que não está bem resolvido na obra de North é o da dualidade existente entre intencionalidade de um lado e condições impremeditadas da ação de outro. Como já analisado, incorporar a temática da consciência e da intencionalidade dos agentes à teoria econômica é uma das tarefas centrais a qual o autor se dedica. Assim, a intencionalidade passa a ser central na explicação da mudança institucional:

*Institutional change is the structural change humans impose on human interaction with **the intention** of producing certain outcomes. **To the extent that institutional change alters outcomes as intended by the actors responsible, there is an identity between intentions and outcomes** (although there is no implication that the intention of the players is improved overall economic performance) (NORTH, 2005, p. 79, grifo nosso).*

A partir de determinado sistema de crenças os agentes leem o mundo e implementam mudanças que, por algum motivo, julgam desejáveis. Contudo, não necessariamente os rumos dessas mudanças e seus efeitos no sistema econômico ocorrem como inicialmente intentados. Existem efeitos impremeditados da mudança institucional causados por uma série de razões. Por exemplo, a leitura feita pelos agentes e suas propostas não necessariamente se coadunam com a realidade. Efeitos de dependência da trajetória podem interagir com as decisões tomadas e modificar os resultados esperados. As regras formais podem não estar adequadas aos padrões de conduta informal, não alterando comportamentos. Assim, cabe se perguntar o quanto da mudança institucional e da performance econômica pode ser explicado como resultante de deliberações e o quanto são frutos de processos evolucionários não controlados por agentes específicos. North tem consciência dessas questões e afirma na mesma página:

A major part of this study, however, is concerned with the degree to which the beliefs of the players not only accurately reflect “reality” but also accurately forecast the behavior of the players to produce the intended outcome. An immense amount of economic change has been the unanticipated result of institutional change that reflected a significant gap between intentions and outcomes as a result of “faulty” beliefs. The fault may lie in not understanding the situation correctly but also in the revised institutional structure not altering behavior in intended ways (NORTH, 2005, p. 79).

Precisa-se compreender a recorrência de situações em que a mudança institucional proposta não confere os resultados esperados. Isso pode ocorrer por uma leitura equivocada que os agentes tiveram do cenário, derivada de crenças defeituosas (*faulty beliefs*). Ou, pode ocorrer por incapacidade da estrutura institucional criada gerar

os incentivos apropriados, dada a existência de problemas de desenho. Em ambos os casos, a dependência da trajetória pode ser um fator explicativo para os resultados impremeditados da ação. A herança de modelos mentais incapazes de ler a realidade leva a baixa eficiência adaptativa. Outra possibilidade é que o novo arranjo institucional pode estar interagindo com outras estruturas pré-existentes, resultando em uma estrutura de incentivos mista, que emite sinais contraditórios aos agentes.

Assim, a evolução das estruturas sociais carrega uma dose de intencionalidade e uma dose de contingência, de modo a ser difícil distinguir o que foi deliberado do que foi uma evolução orgânica incremental. Ou, ainda, é difícil diferenciar o que é fruto da intencionalidade e o que são consequências impremeditadas da ação. Sem dúvida, mesmo com a contribuição de North, a relação entre deliberação e contingência continua a ser uma questão em aberto nas ciências sociais.

Uma terceira crítica passiva de ser aplicada a North é que sua teoria não incorpora o sistema internacional. Como foi discutido no ponto 3.1.4, em sua obra as estruturas sociais estão imersas em outras estruturas sociais. Isso fica muito bem expresso quando tenta diferenciar os padrões institucionais adotados pelos EUA daqueles adotados pela América Latina recorrendo à herança cultural britânica e espanhola, respectivamente. Essa herança colonial é fundamentalmente uma herança cultural que engendra padrões ações, expressos em padrões institucionais. Contudo, tirando essa dimensão da herança colonial, North diz pouco ou quase nada sobre os sistemas de relações em que as nações estão inseridas. Menos ainda se preocupa em compreender como a posição na hierarquia da divisão internacional do trabalho influencia as trajetórias de desenvolvimento nacional, bem como as escolhas institucionais. A herança colonial de North não é econômica; propriamente dita, é cultural.

Uma forma de rebater essa crítica é justificando essa ausência do sistema internacional como uma escolha. O estudo de sistemas abertos possibilita fazer a análise do objeto em diversos níveis. Dessa forma, impõe-se a necessidade de se fazer delimitações sobre quais níveis serão analisados e, para os problemas que o autor buscou resolução, o nível internacional seria de importância menor.

Contudo, é praticamente impossível explicar a formação de instituições estatais sem olhar para as relações que o Estado estabelece ao longo de sua história com outros

Estados. Por sua vez, as relações econômicas são fundamentais de serem observadas para se compreender as relações políticas internacionais (HALLIDAY, 2007). É nesse sentido que o trabalho de North é limitado, pois pretende explicar o desenvolvimento institucional e econômico olhando apenas para a própria trajetória da nação, deixando em segundo plano o entendimento de como essa trajetória é moldada de acordo com o tipo de inserção internacional.

Essa crítica se agrava, pois de fato há elementos na obra de North que forneceriam instrumentos que possibilitariam um olhar mais acurado para o sistema internacional. O próprio North, no início da sua carreira observou como a criação dos seguros marítimos foi fundamental em estabelecer novas dinâmicas para o comércio internacional. Contudo essa dimensão analítica parece perder força no desenvolvimento de sua obra. Assim, em sua forma de explicar a riqueza das nações, pode-se afirmar que, progressivamente, a inserção internacional torna-se um elemento secundário.

Um quarto ponto passivo de crítica diz respeito à ausência de uma discussão substancial sobre o conceito de poder. Além de pouco explorado, o poder não é considerado um fator explicativo para se compreender a conformação institucional e a mudança econômica. Isso ajuda a entender a tendência de North cair em um culturalismo homogeneizante, bem como o fato do sistema internacional deixar de ser uma dimensão relevante. Provavelmente a dificuldade de compreender como sistemas de crenças e crenças individuais se relacionam e mutuamente se transformam advém de não observar como esses processos são perpassados por disputas simbólicas e pela estruturação de discursos que resultam em arranjos institucionais. Esses, por sua vez, implicam em controle social e em dominação por determinados grupos sociais (BOURDIEU, 1996). O fundamento dessas disputas e de qualquer forma de dominação são justamente as estruturas de poder (KNOKE, 1990).

Da mesma forma, incorporar na análise as relações internacionais implica em olhar para dinâmicas em que os Estados competem por supremacia e buscam estruturar sua hegemonia. Isso fundamentalmente diz respeito a estabelecer estratégias de dominação bélica e dominação econômica extrativa. Ainda, a partir do século XX, entre essas estratégias, ganha peso crescente o uso do poder brando (*soft power*), de modo que os usos da cultura tornaram-se proeminente na consolidação hegemônica. Além dos mecanismos mais óbvios, como os filmes hollywoodianos, as instituições internacionais carregam um papel importante, especialmente em difundir modelos mentais

homogeneizantes a respeito de políticas públicas, políticas econômicas e práticas científicas. Nesse sentido, trata-se de mecanismos de poder que podem ser vistos como conformadores de modelos mentais, os quais tendem a favorecer aquelas potências com maior capacidade de difundir suas visões de mundo no sistema internacional.

Por fim, uma quinta crítica a ser considerada diz respeito ao método indutivo histórico. North não faz análises indutivas ingênuas. Pelo contrário, sua perspectiva é ancorada em uma sofisticada estrutura conceitual abstrata que lhe possibilita alcançar níveis mais gerais de análise. O estudo comparativo do desenvolvimento norte-americano, dos estados europeus e da América Latina o levou à proposição de que a capacidade de desenvolver instituições impessoais, com garantias a liberdades individuais e a direitos de propriedade, seria a chave para o desenvolvimento econômico. Enquanto o norte da Europa e os EUA teriam subjacente ao seu desenvolvimento econômico a conformação de instituições impessoais, as quais reduzem os custos de transação e aumentam as liberdades civis, políticas e econômicas, o contrário seria observado na América Latina e nos países latinos do sul da Europa Ocidental. Assim, a partir da observação desses casos específicos, North deriva generalizações sobre as instituições mais eficazes para fomentar a mudança econômica.

Contudo, especialmente o desenvolvimento do capitalismo no leste asiático traz fortes evidências que contrariam essa tese. Estudos importantes enfatizaram o papel dos laços pessoais, tanto internos à burocracia, quanto entre burocratas e empresários em configurar instituições que potencializaram a trajetória de desenvolvimento no Japão (JOHNSON, 1982), na Coreia do Sul (EVANS, 1995) e, mais recentemente, na China (PINHEIRO-MACHADO, 2012). Dessa forma, ao se incluir mais casos, chega-se a novos resultados que desafiam o modelo proposto inicialmente, de modo que o debate continua em aberto.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho, foi proposto discutir as relações entre Economia Institucional e pluralismo. Perguntou-se que lições o campo da Economia Institucional pode nos legar a respeito do papel do pluralismo na produção de conhecimento.

A busca de respostas para essas questões começou por um olhar para os nuances do campo da Economia Institucional. Como foi discutido no segundo capítulo, a

Economia Institucional é em si mesma uma área plural. Isso vale tanto para a economia institucional originária, quanto para a Nova Economia Institucional e para os Neoinstitucionalistas. Ao que tudo indica essa diversidade cada vez mais implica em diálogos e pontos de convergência entre as diversas perspectivas. Nesse sentido, regatou-se a posição de dois autores referência – Oliver Williamson e Geoffrey Hodgson – os quais, mesmo possuindo percepções distintas, convergem em argumentar que o pluralismo é um caminho a ser seguido pelos economistas. Por fim, buscou-se situar o autor e a obra objeto de estudo – “*Understanding the Process of Economic Change*” - enfatizando a postura pluralística e inovadora de Douglass North.

No terceiro capítulo, mapeou-se a discussão sobre pluralismo, a partir de revisão bibliográfica. Nessa parte, entre as diferentes visões que norteiam o debate, argumentou-se que a proposta de um pluralismo estruturado de Sheila Dow e Victoria Chick seria mais adequada para embasar uma epistemologia pluralista, visto que é fundamentada na ontologia dos sistemas abertos. Na segunda parte do capítulo, delineou-se a metodologia a ser seguida na análise do livro “*Understanding...*” de North. Optou-se por seguir a recomendação do pluralismo crítico de Caldwell, assumindo uma postura descritiva e realizando uma reconstituição racional dos argumentos do autor, a partir de um ponto de vista específico. Para tanto, o referencial escolhido foi justamente o do pluralismo estruturado, de modo a perseguir quatro critérios que caracterizam os sistemas como abertos e três implicações dessas características para os sistemas teóricos.

A partir dessas definições metodológicas, no quarto capítulo analisou-se a obra “*Understanding the Process of Economic Change*”, publicada por Douglass North em 2005. Que tipo de olhar para o sistema econômico foi encontrado nesta obra? Sem dúvida, encontra-se um olhar que percebe a realidade como um sistema aberto e tem consciência das implicações epistemológicas disso.

North assume que um dos principais desafios da teoria econômica contemporânea é incorporar a intencionalidade dos agentes. Para tanto dialoga com avanços nas ciências cognitivas e, partindo de um modelo cognitivo conexionista, traz as noções de percepção, modelo mental e sistema de crenças compartilhado, colocando no centro da análise institucional os processos de aprendizados individuais e coletivos. Dessa forma, constrói um sistema não atomístico, em que há interação e aprendizado mútuo entre os indivíduos. Em relação à interdependência entre agência e estrutura, o

autor busca integrar dois níveis: 1ª) o dos arranjos institucionais e o da tomada de decisões, enfatizando relações de dependência da trajetória; 2ª) o da relação entre sistema de crenças compartilhado e as crenças individuais. A ideia de uma estrutura de artefatos disponível em cada sociedade é fundamental em articular esses dois níveis.

Ainda, observou-se que a mudança institucional e econômica está no centro da preocupação de North, que percebe a necessidade de incorporar a passagem do tempo na compreensão dos fenômenos econômicos. Dessa maneira, em seu sistema a evolução das estruturas sociais, a redefinição de fronteiras e o caráter mutável das fronteiras entre subsistemas são elementos fundamentais de serem estudados. A questão de estruturas sociais imersas em outras estruturas sociais, evoluindo historicamente em processos de herança e diferenciação também passa a ter importância basilar para o autor. Assim, delineia-se uma perspectiva em que os sistemas econômicos são eminentemente abertos e dinâmicos.

Essa forma de perceber a realidade tem implicações epistemológicas importantes. A primeira é a de pensar em dimensões de análise que comportam diversas formas de apreensão dos fenômenos empíricos. Particularmente, para North, a mudança econômica deve ser compreendida na relação entre três dimensões: a mudança institucional, a mudança demográfica e a produção de estoques de conhecimentos. Nessa perspectiva, tudo é dinâmico, tudo é movimento. É preciso dar conta de o próprio objeto estar em permanente mudança, de modo que suas fronteiras tendem a ser mutáveis. Nesse sentido, torna-se central observar os processos de aprendizados coletivos, avançando no nível de sofisticação das questões norteadoras das agendas de pesquisa.

North incorpora em sua análise a pressuposto de que vivemos em um mundo não ergódico, permeado pela incerteza. A busca de reduzir essa incerteza é o que impulsiona humanidade a produzir informações, conhecimentos, instituições e crenças. Contudo essa incerteza é ubíqua e não passível de ser eliminada. Dessa forma, se há incerteza no sistema, há incerteza também no conhecimento produzido. Frente a isso, cabe aos economistas ter clareza dos limites da ciência, assumir uma postura democrática e compreender que os seus próprios conhecimentos fazem parte de aprendizados coletivos dinâmicos.

Na terceira parte do capítulo, chamou-se a atenção para alguns limites críticos da obra de North. O primeiro é que, muitas vezes, mesmo tendo o ímpeto de partir sua análise da agência individual, North tende a esbarrar em um determinismo cultural. Em boa medida isso se deve a não ter alcançado um equilíbrio na compreensão entre como se relacionam crenças individuais e sistemas de crenças compartilhadas.

Um segundo ponto crítico é que não há um bom equacionamento entre intencionalidade e contingência dos processos históricos. Por mais que o autor queira enfatizar o papel da intencionalidade na mudança institucional e econômica, é obrigado a reconhecer que boa parte dos fenômenos históricos destoa das intenções iniciais e é fruto de consequências impremeditadas da ação.

Uma terceira crítica é que sua análise tende a privilegiar o nível do Estado nacional, conferindo menor peso ao sistema internacional. Contudo, dificilmente se consegue boas explicações para o desenvolvimento dos Estados-nação e de suas estruturas econômicas sem observar suas inserções em um conjunto de relações internacionais. Um agravante para essa falta é que os instrumentos conceituais desenvolvidos por North possibilitariam fazer uma análise institucionalista dessas relações.

Uma quarta crítica é a ausência de uma discussão substancial sobre poder. Observar a conformação de relações de dominação, bem como a distribuição e a estruturação do poder em uma sociedade ou no sistema internacional é fundamental para compreender como algumas crenças tornam-se dominantes em detrimento de outras e passam a ser fundantes de estruturas institucionais que operam na manutenção de determinada ordem social nacional ou internacional.

Em quinto, apontam-se os limites do método histórico indutivo. Partindo de casos específicos ocidentais, North generaliza a proposição que a capacidade de criar instituições baseadas em relações impessoais seja a chave para o desenvolvimento capitalista. Especialmente as trajetórias de países do leste asiático trazem evidências para colocar em questão essa importante proposição de North.

Por fim cabe afirmar que a obra de North é um exemplo importante, significativo e representativo de como os economistas institucionais tendem a pensar seu objeto como um sistema aberto. Claro que há nuances na Economia Institucional. Existem diferentes formas de conceber os elementos que caracterizam esses sistemas,

bem como há diferentes posicionamentos sobre suas implicações epistemológicas. O importante é que essa diversidade faz desse campo de estudos um terreno fértil para o pluralismo, implicando na construção de conhecimentos não totalizantes, que exigem um constante diálogo crítico e respeitoso entre os economistas e entre esses e os agentes políticos e econômicos que também carregam aprendizados valiosos.

Aos que se dedicam à história do pensamento econômico, metodologia e epistemologia, é possível avançar nessas questões, comparando as diferentes formas como os institucionalistas lidam com seus sistemas reais e teóricos. Isso pode ser feito observando vertentes, autores ou obras específicas. Ainda, esses estudos podem ser de cunho mais analítico e qualitativo, explorando os pormenores da argumentação institucionalista. Ou, podem sistematizar dados quantitativos e aplicar métodos inovadores, como as análises de redes ou a análise bibliométrica. De toda forma, há um caminho profícuo de pesquisa a se seguir para aqueles que se interessam sobre como pensamos a respeito dos sistemas econômicos.

REFERÊNCIAS

ANGELI, E. A Importância da História do Pensamento Econômico e do Pluralismo Metodológico em Economia com Base na Perspectiva da Escola Austríaca. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 33-50, Jan-Abr 2014.

AOKI, M. Understanding Douglass North in game-theoretic language. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 21, p. 139-146, 2010.

AUDI, R. **Diccionario Akal de Filosofía**. Madri: Akal, 2004.

BALISCIANO, M. L. Hope for America: American Notions of Economic Planning between Pluralism and Neoclassicism, 1930–1950. **History of Political Economy**, v. 30, n. 5, p. 153-178, 1998.

BIANCHI, A. M. Muitos Métodos é o Método: a Respeito do Pluralismo. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 2 (46), Abr-Jun 1992.

BIANCHI, A. M. Reflexões sobre o Passado e Especulações sobre o Futuro da Metodologia Econômica. **Economia, Selecta**, Brasília (DF), v. 11, n. 4, p. 01-13, Dez 2010.

BIDDLE, J. Institutional Economics: A Case of Reproductive Failure? **History of Political Economy**, v. 30, 1998.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Papirus, 1996.

CALDWELL, B. **Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century**. London: Routledge, 1994.

CAMPOS, M. M. S. **O Processo de Desenvolvimento Econômico a partir de uma Perspectiva Institucionalista: Elementos de uma Abordagem Heterodoxa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2016.

CHALMERS, A. F. **O que é Ciência Afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHANG, H. J. **The political economy of industrial policy**. London: MacMillan Press, 1994.

CHANG, H. J. **Globalisation, economic development and the role of the state**. London: Zed Books, 2004.

CHANG, H.-J. **Kiking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective.** London: Anthem Press, 2002.

CHICK, V. On Open Systems. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 24, n. 1 (93), p. 3-16, Jan-Mar 2004.

CHICK, V.; DOW, S. The Meaning of Open System. **Journal of Economic Methodology**, v. 12, n. 3, p. 363-381, 2005.

COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica**, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

COASE, R. H. The Problem of Social Cost. **Journal of Law and Economics**, v. 3, p. 1-44, 1960.

COLANDER, D.; HOLT, R. P. F.; ROSSER JR.,. The changing face of mainstream economics. **Review of Political Economy**, v. 16, n. 4, p. 485–499, Oct 2004.

COLANDER, D.; LANDRETH, H. Pluralism, Formalism and American Economics. **MIDDLEBURY COLLEGE ECONOMICS DISCUSSION PAPER**, MIDDLEBURY, n. 04-09, 2004.

COMMONS, J. R. Natural selection, social selection, and heredity. **The Arena**, v. 18, p. 90-97, Jul 1897.

COMMONS, J. R. Institutional Economics. **American Economic Review**, v. 21, p. 648-657, 1931.

COMMONS, J. R. The Problems of Correlating Law, Economics and Ethics. **Wisc. Law Rev.**, v. 8, n. 1, p. 3–26., 1932.

COMMONS, J. R. **Institutional Economics—Its Place in Political Economy.** New York: Macmillan, 1934.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O Conceito de Instituições nas Modernas Abordagens Institucionalistas. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-14, jul./dez 2002.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **A Batalha dos Métodos (Methodenstreit) Revisitada: Convergindo em Direção ao Institucionalismo?** IX Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. São Paulo: Associação Keynesiana Brasileira. 2016.

DAVIS, J. B. Economic Methodology since Kuhn. In: SAMUELS, W. J.; BIDDLE, J. E.; DAVIS, J. B. **A Companion to History of Economic Thought**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

DEQUECH, D. Neoclassical, Mainstream, Orthodox and Heterodox Economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007.

DOW, S. Structured Pluralism. **Journal of Economic Methodology**, v. 11, n. 3, p. 275-290, 2004.

DUGGER, W. M. Radical Institutionalism: Basic Concepts. **Review of Radical Political Economics**, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.

ERBER, F. S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1, p. 31-55, jan-março 2011.

EVANS, P. **Embedded Autonomy**: States and Industrial Transformation. Princeton: Princeton University Press, 1995.

EVANS, P. Além da "Monocultura Institucional": Instituições, Capacidades e Desenvolvimento Deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 20-63, 2003.

FERNÁNDEZ, R. G.; SUPRINYAK, C. E. Manufacturing Pluralism in Brazilian Economics: the Role of ANPEC. **UFMG/CEDEPLAR - Texto Para Discussão**, Belo Horizonte, n. 545, Dez 2016.

FERRARI FILHO, F.; CONCEIÇÃO, O. A. C. A Noção de Incerteza nos Pós-Keynesianos e nos Institucionalistas: uma Conciliação Possível? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, Jul 2001.

FEYERABEND, P. **Contra o Método**. Rio de Janeiro: F.Alves, 1977.

FIANI, R. **Cooperação e Conflito**: instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FULLBROOK,. The Pos-Autistic Economics Movement: a Brief History. **Journal of Australian Political Economy**, v. 50, 2002.

GALA, P. A Retórica na Economia Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2 (90), abr-jun 2003.

GALBRAITH, J. K. **Historia de la Economía**. Buenos Aires: Ariel Sociedad Economica, 1994.

GOODWIN, C. D. The Patrons of Economics in a Time of Transformation. **History of Political Economy**, v. 30, n. Number Supplement, p. 53-81, 1998.

HALLIDAY, F. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

HODGSON, G. M. Thorstein Veblen and post-Darwinian Economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 16, n. 3, p. 285-301, set 1992.

HODGSON, G. M. **Economics and evolution: bringing life back into economics**. Ann Arbor: University of Michigan, 1993.

HODGSON, G. M. Institutional Economics: Surveying the “old” and the “new”. **Metroeconomica**, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.

HODGSON, G. M. Institutional Economics: Surveying the “Old” and the “New”. **Metroeconomica**, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.

HODGSON, G. M. On the Evolution of Thorstein Veblen's Evolutionary Economics. **Cambridge Journal of Economics** , v. 22, p. 415-431, 1998.

HODGSON, G. M. **Evolution and institutions: on evolutionary economics and the evolution of economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.

HODGSON, G. M. What is the Essence of Institutional Economics? **Journal of Economic Issue**, v. 34, n. 2, 2000.

HODGSON, G. M. John R. Commons and the Foundations of Institutional Economics. **Journal of Economic Issues**., v. XXXVII, n. 3, p. 547-576, Set 2003.

HODGSON, G. M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, v. XL, n. 1, p. 1-25, Mar 2006.

HODGSON, G. M. Institutional Economics into the Twenty-First Century. **Studi e Note di Economia**, v. 14, n. 1, p. 03-26, 2009.

HODGSON, G.; KNUDSEN, T. **Darwin's Conjecture: The Search for General Principles of Social and Economic Evolution**. Chicago: Univerty of Chicago Press, 2010.

JOHNSON, C. **MITI and the Japanese Miracle: the growth of industrial policy, 1925-1975.** Stanford: Stanford University Press, 1982.

KNOKE, D. **Political Networks. The Structural Perspective.** Cambridge: Cambridge University Press , 1990.

KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 33, n. 4, Oct./Dec 2013. ISSN <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572013000400004>.

MEDEMA, S. G. Wandering the Road from Pluralism to Posner: The Transformation of Law and Economics in the Twentieth Century. **History of Political Economy**, v. 30, n. 5, p. 202-224, 1998.

MINSKY, H. P. Uncertainty and Institutional Structure of Capitalist Economies. **Journal of Economic Issues**, v. XXX, n. 2, p. 357-368, 1996.

MORGAN, M. S.; RUTHERFORD, M. American Economics: The Character of the Transformation. **History of Political Economy**, v. 30, n. 5, p. 1-26, 1998.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Cambridge : Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. C. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 359-368, Jun 1994.

NORTH, D. C. **Understanding the Process of Economic Change.** Princeton: Princeton University Press, 2005.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PAULA, J. A. D. et al. Conhecimento e Interesse em Economia. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 559-595, Jul-Set 2003.

PINHEIRO-MACHADO, R. Copied goods and the informal economy in Brazil and China: Outlining a comparison of development models. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.**, Brasília, v. 9, n. 1, Jan-Jun 2012.

QUEIROZ-STEIN, G. A Política das Políticas Macroeconômicas: Abordagens sobre a Tomada de Decisões. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 8, n. 1, jan-mar 2016.

QUEIROZ-STEIN, G. **Pluralismo e Economia Institucional:** como Fundamentar uma Epistemologia Plural? III Jornada de Economia Institucional do PPGE/UFRGS. Porto Alegre: [s.n.]. 2017.

RODRIK, D. **One Economics, Many Recipes:** Globalization, Institutions and Economic Growth. Princeton: Princeton University Press, 2007.

RUTHERFORD, M. **Institutions in Economics:** The old and the new institutionalism. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

RUTHERFORD, M. Veblen's Evolutionary Programme: a promise unfulfilled. **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, p. 463-77, 1998.

SAMUELS, W. J. The Present State of Institutional Economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 19, p. 569-590, 1995.

VEBLEN, B. **The Theory of the Leisure Class:** An Economic Study in the Evolution of Instituti. New York: Macmillan, 1899.

VEBLEN, T. B. Why is economics not an evolutionary science? **Quarterly Journal of Economic**, v. 12, n. 3, p. 373-397, Jul 1898.

VEBLEN, T. B. **The Theory of Business Enterprise.** New York: Charles Scribners., 1904.

WALLIS, J. J. The New Economic History and Beyond: The Scholarship of Douglass C. North. **The Journal of Economic History**, v. 76, n. 3, Set 2016.

WILLIAMSON, O. E. **Markets and Hierarchies:** Analysis and Antitrust Implications. New York: Free Press, 1975.

WILLIAMSON, O. E. **The Economic Institutions of Capitalism.** New york: Free Press, 1985.

WILLIAMSON, O. E. Transaction Cost Economics and Organization Theory. **Industrial and Corporate Change**, v. 2, n. 2, p. 107-156, 1993.

WILLIAMSON, O. E. Hierarquies, Markets and Power in the Economy: an Economic Perspective. **Industrial and Corporate Change**, v. 4, n. 1, p. 21-49, 1995.

WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**, v. XXXVIII, p. 595-613, Sept 2000.